

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias



2017

CONTEÚDO

Relatório da Administração:

Carta do Presidente

A Empresa

Auditoria externa

Estrutura e Ambiente da Prestação de Serviços

Aspectos Operacionais

Indicadores Sociais Externos

Investimentos

Responsabilidade Social

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

Indicadores Sociais Internos

Dimensão Econômica Financeira

Balço Social

Demonstrações Contábeis:

Balço Patrimonial

Demonstrativo do Resultado

Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Notas Explicativas



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2017

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL submete à apreciação dos Senhores o Relatório das principais atividades referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado – DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e de Administração, dos quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob número 75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

CARTA DO PRESIDENTE

O ano de 2017 marcou o início de uma grande reestruturação na gestão da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL. Depois de acumular resultados críticos nos anos anteriores nos índices de satisfação dos consumidores, de qualidade do fornecimento e passar por uma grave crise financeira, a Companhia viu-se obrigada a apresentar um Plano de Resultados para os próximos dois anos à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A agência reguladora passou a acompanhar de forma minuciosa as ações da Companhia com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço prestado.

Diversas melhorias começaram a ser implantadas já no início de 2017, como o Projeto Mais Energia – que ao analisar detalhadamente os desligamentos de energia não programados permitiu a realização de manutenções e investimentos com retorno efetivo na qualidade do fornecimento de energia. A prevenção de interrupções ganhou destaque – mutirões de serviços (como troca de chaves e poda da vegetação) passaram a ser realizados nos pontos críticos. Foram adquiridos quatro novos caminhões – a frota renovada reduz os custos de manutenção e garante mais agilidade ao atendimento às solicitações de consumidores.

A reaproximação da Companhia de seus consumidores, através de melhorias nos canais de comunicação, teve grande importância durante todo o ano. A Agência Virtual foi revitalizada, o horário de teleatendimento foi estendido e foi lançado ainda o aplicativo para smartphones Cocel Mobile. Foram definidos procedimentos para negociação de dívidas e o número de desligamentos devido à inadimplência dos consumidores reduziu assim que a Companhia passou a enviar mensagens de celular alertando sobre os débitos. A comunicação melhorou ainda mais com o uso das redes sociais para divulgação de assuntos de interesse dos consumidores.

A COCEL aprovou ainda junto à ANEEL o maior projeto de melhoria na iluminação pública já realizado no município. Através do Programa de Eficiência Energética a iluminação pública do anel central de Campo Largo passará a utilizar lâmpadas de led – mais eficientes e econômicas que os modelos tradicionais. O trabalho foi intenso durante todo o ano e tanto a ANEEL quanto os consumidores estão percebendo que a qualidade do serviço prestado pela Cocel fica melhor a cada dia.

Cordialmente,

José Arlindo Lemos Chemin

Diretor Presidente



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

A EMPRESA

Missão: Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

Visão: Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade.

Política da Qualidade: Atender às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, otimizando os serviços prestados para a satisfação dos consumidores internos e externos, melhorando continuamente e garantindo tratamento adequado às reclamações. (ISO 9.001/ 10.002)

Organização e Gestão: A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social. É regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 2015, a Cotel renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02.06.2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11.01.2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016. O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 42.000.000 milhões, representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal. A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2017	2016
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

AUDITORIA EXTERNA

A COCEL tem como contratada a empresa Taticca Auditores Independentes S/S - EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão: A Concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 125.719 habitantes (conforme estimativa do IBGE) e área de 1.244 km².

Atendimento aos consumidores

Em 2017 foram registrados 289.450 protocolos de atendimento, sendo 49,9% no primeiro semestre e 50,1% no segundo. Com relação ao ano anterior houve acréscimo de 9,5% no total de atendimentos realizados, enquanto o número de consumidores cresceu apenas 0,8%. Foram 61.476 ligações recebidas pelos telefones 0800-7262121 e 0800-7262212 (atendimento comercial e Ouvidoria).

Diversas melhorias foram implantadas durante o ano de 2017 com o objetivo de oferecer atendimento com cada vez maior qualidade e agilidade. Foi ampliado o horário de teleatendimento humanizado, que passou a ser realizado das 7h30 à meia-noite, de segunda-feira a sábado (antes, era das 8h às 20h) – nos demais horários o atendimento é realizado por central automatizada. As escalas da equipe foram revisadas com o objetivo de disponibilizar o maior número de atendentes nos períodos de maior demanda e foram contratados dois novos colaboradores para a implantação do terceiro turno.

Os processos referentes a atendimento a consumidores foram padronizados e foram realizados treinamentos com toda a equipe, proporcionando mais rapidez, mais satisfação aos consumidores e minimizando o risco de erros. Um exemplo de atendimento totalmente padronizado em 2017 é o processo referente à negociação de dívidas (parcelamentos, prorrogações de reavisos, encerramento de contratos) – garantia de isonomia no tratamento a todos os clientes.

Também em 2017 a Agência Virtual foi totalmente revitalizada, passando a ter fácil acesso e navegação e foi lançado o aplicativo para smartphones Cotel Mobile. Gratuito e disponível para sistemas Android e iOS, o aplicativo vem se



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

consolidando como um dos canais de comunicação que mais tem ganho usuários. Tanto o aplicativo quanto a nova Agência Virtual proporcionam o acesso ao histórico de faturas, solicitação de serviços, registro de reclamações, emissão de segundas vias, entre outras opções. Atualmente são cinco canais de atendimento disponibilizados:

- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;
- Tele atendimento: ligação gratuita para 0800-7262121. O atendimento personalizado ocorre de segunda-feira a sábado das 7h30 às 24h. Fora deste período o atendimento é realizado por central automatizada (URA – Unidade de Resposta Automatizada) – serviço disponível 24 horas por dia;
- Agência Virtual: disponível no site www.cocel.com.br – serviço disponível 24 horas por dia;
- Aplicativo COCEL MOBILE: aplicativo é gratuito e disponível para sistemas operacionais Android e iOS;
- E-mail: link para o e-mail atendimento@cocel.com.br disponível no site – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 – serviço disponível 24 horas por dia.

Em outubro de 2017 a Companhia implantou o sistema de envio de SMS e e-mails para avisos comerciais. Neste primeiro momento estão sendo enviados avisos sobre risco de suspensão por inadimplência – o consumidor recebe um SMS e e-mail no dia seguinte ao vencimento de seu reaviso, caso a fatura não esteja quitada.

A Ouvidoria da COCEL é um setor independente dos demais e fica à disposição dos consumidores que desejarem registrar suas reclamações, sugestões ou críticas. No ano de 2017, a Ouvidoria atendeu a 78 reclamações de seus consumidores.

Agentes Arrecadadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 34 agentes arrecadadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria

A Ouvidoria da COCEL é um setor independente dos demais e fica à disposição dos consumidores que desejarem registrar suas reclamações, sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores. As Ouvidorias das Concessionárias de Energia Elétrica são regulamentadas pela Resolução nº 470/2011 – ANEEL.

No ano de 2017, a Ouvidoria atendeu a 78 reclamações de seus consumidores, sendo que 55 - (70,5%) na Companhia. Destas 30% foram feitas via telefone e 70% pessoalmente. Outras 45 reclamações de seus Consumidores (29.5%) foram registradas: (11.5%) junto à ANEEL, (10,5%) junto ao Conselho de Consumidores e (7,5%) no PROCON.

ASPECTOS OPERACIONAIS

Número de Consumidores: O ano de 2017 encerrou com o total de 49.442 unidades consumidoras - foram realizadas 404 novas ligações, das quais 351 são da classe de consumo residencial. Eram 49.038 consumidores de 2016, o que representa um crescimento de 0,82%. Destaque na classe residencial que representa 88,3% do número de consumidores.

Classe de consumo	2017	2016	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	43.654	43.303	0,8	88,3
Industrial	420	485	(13,4)	0,9
Comercial	3.257	3.142	3,7	6,6
Rural	1.822	1.817	0,3	3,7
Poder Público	218	217	0,5	0,4
Iluminação Pública	1	1	-	-
Serviço Público	67	71	(5,6)	0,1
Consumo Próprio	3	2	-	-
TOTAL	49.442	49.038	0,8	100,0

Receita Bruta da Venda de Energia Elétrica - faturada: (R\$ mil)

O faturamento bruto de energia elétrica apresentou um decréscimo de 20,4%, passando de R\$ 168.770 mil em 2016 para R\$ 134.284 mil em 2017.

Classe	2017	2016	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	62.490	59.812	4,5	46,5
Industrial	29.840	59.623	(49,9)	22,2
Comercial	25.636	33.623	(23,8)	19,1
Rural	3.570	3.377	5,7	2,7
Poder Público	2.594	2.906	(10,7)	1,9
Iluminação Pública	6.391	5.790	10,4	4,8
Serviço Público	3.763	3.639	3,4	2,8
TOTAL	134.284	168.770	(20,4)	100,0

A redução no consumo de energia foi maior no período 2016/2017 em função de consumidores industriais e comerciais que migraram para o mercado livre conforme demonstrado no quadro abaixo:

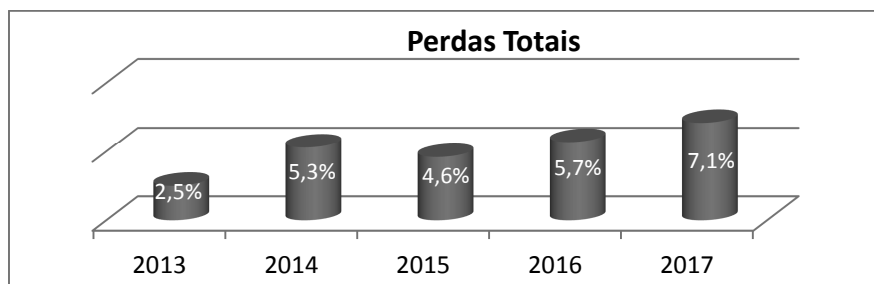
Disponibilização do Sistema de Distribuição – TUSD – Consumidores Livres - (R\$ mil)

Consumidores	2017	2016
Industrial/Comercial	12.009	5.304
Cobrança ICMS Substituição Tributária	6.999	2.001
TOTAL	19.008	7.305

Mercado de Energia Vendida: (MWh)

Classe	2017	2016	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	79.982	78.448	2,0	40,8
Industrial	48.612	94.352	(48,5)	24,8
Comercial	35.736	47.654	(25,0)	18,2
Rural	7.253	7.155	1,4	3,7
Poder Público	3.569	3.986	(10,5)	1,8
Iluminação Pública	13.924	13.728	1,4	7,1
Serviço Público	6.980	6.407	8,9	3,6
Consumo Próprio	117	112	4,5	0,0
TOTAL	196.173	251.842	(22,1)	100,0

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2017, totalizou 196.173 MWh - um decréscimo de 22,1%, comparando com a energia faturada no ano de 2016, que totalizou 251.842 MWh. A energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2017 adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia - COPEL apresentou um decréscimo de -21,0%, passando de 267.161 MWh em 2016 para 211.100 MWh em 2017. As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 7,07%.





Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

Tarifa média: A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em Dezembro de 2017, R\$ 455,03/MWh, representando nenhum crescimento em relação a dezembro de 2016.

Tarifa Média em R\$/MWh		
Classe	Dez/2017	Dez/2016
Residencial	518,31	511,31
Industrial	404,82	436,05
Comercial	476,51	473,79
Rural	359,31	340,37
Poder Público	488,17	494,38
Iluminação Pública	301,49	279,90
Serviço Público	356,24	382,21
Tarifa Média	455,03	454,99

Inadimplência: Valores a receber de consumidores incluindo outros créditos além da energia consumida.

Saldos em 31/12/2017							
Classes	A vencer	Vencidas até 30 dias	Vencidas de 31 a 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas a mais de 360 dias	Total
Residencial	3.133	2.437	325	65	80	315	6.355
Industrial	767	774	291	-	1	214	2.047
Comercial	1.321	528	90	12	8	213	2.172
Rural	137	55	8	72	37	2	311
Poder público	235	9	-	-	-	60	304
Iluminação Pública	589	-	-	-	-	-	589
Serviço Público	320	6	-	-	-	-	326
Soma	6.502	3.809	714	149	126	804	12.104

REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL – 2017

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2256 de 20/06/2017.

As tarifas da base econômica da Cocal, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 2.104, de 28 de junho de 2016, ficam em média, reajustadas em 13,34% (treze, vírgula trinta e quatro por cento), sendo 8,12% (oito vírgula doze por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 5,22% (cinco vírgula vinte e dois por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

Qualidade Técnica do Fornecimento: Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de sistema informatizado (Software Useall, módulo COD), que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes.

	DEC Global	FEC Global
2017	9,78	8,02
2016	10,13	8,36

INVESTIMENTOS

Ao longo de 2017 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Investimentos	2017	2016
Obras de distribuição	3.442	3.886
Veículos	-	1.356
Outros investimentos	111	26
Total dos Investimentos	3.553	5.268

Origens dos Recursos	2017	2016
Recursos próprios	3.329	4.997
Clientes	224	271
Total dos Recursos	3.553	5.268

Sistema de distribuição – 12/2017	Urbano	Rural	Total
Redes de Distribuição – Baixa Tensão (Km)	606	140	746
Redes de Distribuição – Média Tensão (Km)	702	931	1.633
Postes – unidades	21.807	11.196	33.003
Transformadores – unidades	2.444	2.014	4.458
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	215.805	35.095	250.900

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Programa Luz Fraterna: Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 17.639/2013, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o NIS (Número de Identidade Social) cadastrado e consumam no máximo 120 KWh por mês. Para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2017	2016
Número total de residências atendidas	1.284	1.375
Residências atendidas pelo Programa com relação ao total de consumidores	3,95%	3,20%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	351	355
Faturamento do Programa relação ao total da receita do faturamento residencial	0,48%	0,59%
Subsídio recebido do Governo Estadual dos consumidores do Programa (R\$ mil)	351	355

Tarifa Social da Energia Elétrica: A Tarifa Social da Energia Elétrica é regulamentada pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 e pela Resolução Normativa ANEEL 414/2010. Proporciona descontos nas faturas de energia às famílias com baixa renda que atendam os critérios estabelecidos pela legislação e mantenham seus cadastros atualizados.

Tarifa Social da Energia Elétrica (Baixa Renda)	2017	2016
Número de residências atendidas	2.248	2.277
Residências atendidas pelo Programa c/relação ao total de consum. residenciais	5,2%	5,2%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	688	619
Faturamento da classe em relação ao total do faturamento residencial	0,9%	1,1%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa (R\$ mil)	602	555



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

A COCEL finalizou em 2017 seu projeto-piloto para definição de metodologia para instalação de religadores monofásicos na rede de distribuição com o objetivo de reduzir o número e a frequência de interrupções no fornecimento de energia. O projeto faz parte do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e foi desenvolvido em parceria com o Instituto Lactec.

O projeto obteve resultados excelentes na redução de interrupções no fornecimento, e a COCEL é uma das pioneiras no uso desta tecnologia no país. No circuito onde foi realizado o projeto-piloto houve redução de cerca de 70% na duração das interrupções no fornecimento de energia e de 57% na frequência das interrupções. Proporcionou ainda a modernização do parque de equipamentos da rede e a atualização e treinamento da equipe.

A ANEEL exige que os projetos de P&D sejam originais, e no caso do projeto realizado pela Cotel além da originalidade a eficiência e aplicabilidade foram excepcionais. As equipes da Cotel e do Instituto Lactec realizaram um grande estudo para a instalação de religadores do modelo TripSaver na rede de distribuição. Estes religadores atuam na proteção dos ramais aéreos e são utilizados no lugar de chaves fusíveis, melhorando a confiabilidade do sistema e eliminando interrupções. Neste projeto-piloto foram instalados quinze religadores em seis pontos do Circuito Três Córregos, que atende a maior parte da área rural do município e tem mais de 600 km de extensão. Além de resultar na redução no número e na duração das interrupções, o projeto-piloto possibilitou ainda a identificação de falhas na rede como oscilações de tensão e interferências de um circuito em outro.

PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

No início de 2017 a COCEL finalizou a segunda etapa de substituição de geladeiras obsoletas e pouco eficientes por modelos novos e econômicos. Foram 360 geladeiras de famílias de baixa renda trocadas em 2017, totalizando 685 geladeiras trocadas desde o início do projeto em 2014. Mais de 9 mil lâmpadas também foram substituídas por modelos mais eficientes, sem nenhum custo para os consumidores. Ações educativas foram realizadas em conjunto com a troca dos equipamentos, tratando da importância do uso consciente da energia elétrica.

Este projeto realizado pela Companhia faz parte do Programa de Eficiência Energética (PEE), que segue a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A estimativa de economia com estas ações é de 1.440,44 MWh/ano (megawatts hora por ano), e 646,12 kW/ano (quilowatts hora por ano). Além da economia de energia, a redução no consumo e troca de equipamentos ainda proporciona mais conforto e mais segurança para as famílias. Todos os equipamentos recolhidos passam por processo de descontaminação e são reciclados.

Foi dado início a um novo PEE para troca da iluminação pública de todo o anel central do município por lâmpadas de led. O projeto foi apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que já deu sua aprovação. Esta melhoria trará mais economia, mais eficiência e mais qualidade às ruas de Campo Largo.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária. A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2017, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.700 mil, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício. Para atender ao seu programa de investimentos foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 1.215 mil como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 122 colaboradores. Em 2016 eram 121 colaboradores, 118 em 2015, 117 em 2014 e 115 em 2013.

A COCEL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 1.398 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados. Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento). A COCEL mantém convênio para tratamentos odontológicos e com farmácias – que permite o reembolso ao funcionário de 50% dos valores gastos com medicamentos (desde que apresentada receita médica). A COCEL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos R\$ 31 mil. Ao longo do exercício, a Companhia investiu o equivalente a R\$ 21 mil em bolsas de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manter seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial.

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a Companhia contou em 2017 com 05 estagiários - estudantes que realizam sua complementação de ensino atuando nas diversas áreas da companhia. A COCEL possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando jovens em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 04 aprendizes desenvolveram atividades na Companhia.

DIMENSÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Receita Operacional Bruta: A Receita de fornecimento de Energia Elétrica faturada e não faturada totalizou R\$ 136.006 mil em 2017 contra R\$ 168.401 mil em 2016, representando um decréscimo de -19,24%. Este decréscimo foi em função da migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre. Foram 9 consumidores das classes industrial e comercial que a partir de abril de 2016 passaram a adquirir energia em leilões, cabendo a cobrança somente da disponibilização do sistema de distribuição da Cotel. Em 2017 foi faturado o montante de R\$ 12.009 mil contra o valor de R\$ 4.939 mil desta cobrança de “fio”. Outro valor também de responsabilidade da Companhia, se refere ao ICMS Substituição Tributária incidente sobre a energia consumida destes Consumidores Livres junto aos seus fornecedores de energia. Em 2017 foi cobrado o valor de R\$ 6.999 mil e em 2016 o valor de R\$ 2.366 mil, recolhidos integralmente ao Estado do Paraná.

Ativos e Passivos financeiros setoriais: Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros – trata-se das variações positivas e negativas entre estimativas de custos não gerenciáveis e pagamentos efetivados ocorridos entre os processos tarifários contemplados. As variações serão apuradas e fiscalizadas pela Aneel para posterior compensação nos reajustes tarifários subsequentes.

Os valores registrados na conta **Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido** no valor de R\$ 5.931 mil, referem-se a valores de descontos incidentes sobre as tarifas e contemplados nos reajustes e revisões tarifárias da Aneel e que são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a título de Subsídio de Carga de Fonte Incentiva (consumidores livres), Subsídio sobre o serviço público de água, esgoto e saneamento e do Subsídio Rural de irrigação e eletrificação. Estes custeios são de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e está disposto nos termos do inciso VII, do artigo 13º da lei 10.438/2002 e Decreto nº 7891/2013. Também são registrados os valores recebidos de Subsídio Baixa Renda do Governo Federal.

Em **Outras Receitas**, temos os valores registrados de serviços prestados como Serviços cobráveis nas faturas, Compartilhamento de infraestrutura e de Prestação de serviços de manutenção da Iluminação Pública do Município totalizando R\$ 4.136 mil em 2017. A partir de Dezembro de 2014, foram transferidos para o Município, todos os ativos referentes ao sistema de Iluminação Pública conforme determinado pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, artigo 218. A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

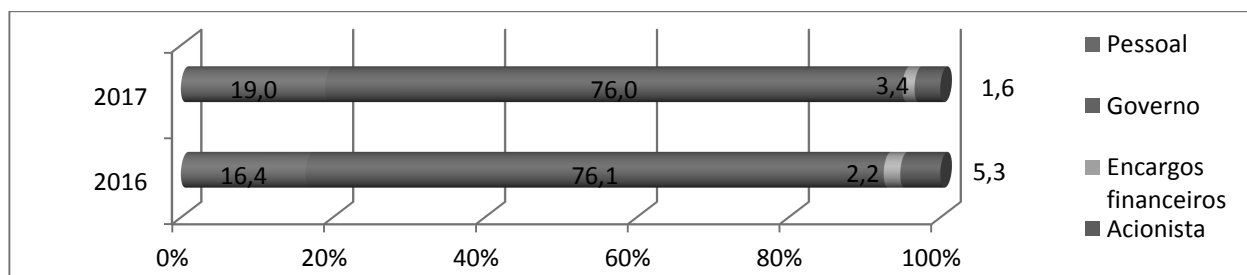
Receita Operacional Líquida: O resultado líquido após as deduções de encargos setoriais e impostos obteve um resultado de R\$ 90.514 mil em 2017, contra R\$ 107.609 mil em 2016. Um percentual de 52,68% em 2017 e de 55,07% em 2016, sobre a Receita Operacional Bruta.

Resultado antes dos Custos Gerenciáveis: Em 2017, o resultado após os custos com a aquisição de Energia Elétrica teve o valor de R\$ 32.769 mil e o percentual sobre a Receita Líquida Operacional de 36,20%. Em 2016 foi de R\$ 34.367 mil e o percentual de 31,94%.

Custos Gerenciáveis: Encerrou o exercício de 2017 com o montante de R\$ 30.631 mil e a variação de 33,84%, enquanto em 2016, encerrou com o valor de R\$ 29.987 mil e a variação de 27,87% sobre a Receita Líquida Operacional. E com variação de 2,15% comparando 2017 em relação a 2016.

Valor Adicionado: Em 2017, o valor adicionado líquido produzido como riqueza pela Companhia foi de R\$ 90.530 mil, representando 54,8% da Receita operacional bruta. Em 2016, foi de R\$ 102.533 mil o que representa 53,1% sobre a receita bruta.

Distribuição do Valor Adicionado - %:



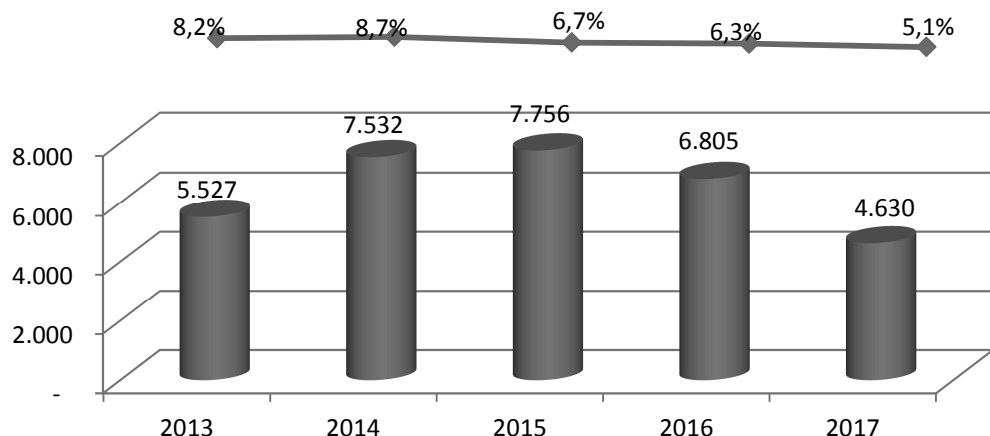
LAJIDA ou EBITDA: Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 4.630 mil e margem de 5,12% em 2017, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2017	2016
Resultado das Atividades	2.138	4.380
Depreciação e Amortização	2.492	2.425
Lajida/Ebitda	4.630	6.805
Receita Operacional Líquida	90.514	107.609
Margem do Ebitda - % (Ebitda / ROL)	5,12%	6,32%

O gráfico abaixo apresenta os valores em R\$ (mil) da margem do Ebitda/Lajida, juntamente com o percentual sobre a Receita Operacional Líquida.



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL



Indicadores econômicos

Índice/coeficiente	Fórmula	2017	2016
Liquidez imediata	Disponível	R\$ 0,18	R\$ 0,18
	Passivo Circulante		
Liquidez corrente	Ativo Circulante	R\$ 1,24	R\$ 1,20
	Passivo Circulante		
Liquidez geral	Ativo Circ. + Realizável L.P.	R\$ 1,21	R\$ 1,16
	Passivo Circ. + Exigível L.P.		
Endividamento Total	Exigibilidades totais	R\$ 0,34	R\$ 0,35
	Ativo Total		
Retorno do Capital	Lucro Líquido	5,63%	11,9%
	Patrimônio Líquido		
Razão Operacional	Despesa Operacional	0,98	0,97
	Receita Líquida		
Capital Fixo Aplicado	Ativo Permanente	0,60	0,60
	Ativo Total		
Desp.Pessoal/Rec.Líquida	Despesa Pessoal	17,0%	13,2%
	Receita Líquida		
Energia Comprada/ Rec. Líquida	Custo Energia	63,8%	68,1%
	Receita Líquida		
Capital de Giro	Ativo Circulante – Passivo Circulante	R\$ 7.165.361	R\$ 6.298.753
Lucro Líquido	-	R\$ 3.068.780	R\$ 5.399.871
EBITDA	Lucro Exercício + Depreciação	R\$ 5.108.511	R\$ 7.889.096

BALANÇO SOCIAL

	2017			2016		
1) Base de Cálculo	Valor (R\$ mil)			Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	90.514			107.609		
Lucro Operacional	3.069			5.400		
Folha de Pagamento Bruta	15.364			14.182		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.398	9,10%	1,54%	1.296	9,14%	1,20%
Encargos Sociais Compulsórios sem	3.687	24,0%	4,07%	3.172	22,37%	2,95%
Previdência privada	49	0,32%	0,05%	36	0,25%	0,03%
Saúde	782	5,09%	0,86%	687	4,84%	0,64%
Segurança e Medicina no Trabalho	129	0,84%	0,14%	122	0,86%	0,11%
Educação	32	0,21%	0,04%	67	0,47%	0,06%
Cultura	-	0,0%	0,0%	10	0,07%	0,01%
Capacitação e Desenvolvimento	36	0,23%	0,04%	58	0,41%	0,05%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	606	3,94%	0,68%	666	4,70%	0,62%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total – Indicadores sociais internos	6.719	43,73%	7,42%	6.114	43,11%	5,68%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	-	-	-	-	-	-
Programa de pesquisa e eficiência	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos os encargos sociais)	68.764		75,97%	78.019		72,50%
Total – Indicadores Sociais Externos	75.483		83,39%	84.133		78,18%

	2017	2016
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	122	121
Nº de empregados terceirizados	31	51
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	51	48
2º Grau	55	56
1º Grau	16	17
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	22	16
De 30 até 45 anos (exclusive)	53	47
Acima de 45 anos	57	58
Admissões durante o período	13	20
Demissões durante o período	16	10
N.º de mulheres que trabalham na empresa	28	26
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	29,0%	31,3%
Estagiários	5	8
Menor Aprendiz	4	5



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2017			2016		
Relação entre a maior e a menor remuneração	7,4%			7,4		
Nº total de acidentes de trabalho	1			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
A previdência privada contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2017.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2017.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/ Financeiro

Carlos Conrado Krzyzanovski
Diretor Técnico

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

Balço Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE		
Numerário disponível (Nota 5.1)	2.795	1.171
Aplicações no mercado aberto (Nota 5.2)	2.580	4.508
Consumidores, Concessionários e Permissionários (Nota 5.3)	17.143	13.831
Serviços em curso (Nota 5.4)	752	1.446
Tributos compensáveis (Nota 5.5)	292	469
Almoxarifado operacional (Nota 5.6)	1.192	1.143
Despesas pagas antecipadamente (Nota 5.7)	157	30
Ativos regulatórios (Nota 5.8)	6.203	11.375
Outros ativos circulantes (Nota 5.9)	5.683	3.253
	36.797	37.226
NÃO CIRCULANTE		
Tributos compensáveis (Nota 5.10)	368	534
Investimentos temporários (Nota 5.11)	195	195
Depósitos judiciais	109	-
Ativos financeiros setoriais (Nota 5.12)	-	1.705
Outros ativos não circulantes (Nota 5.13)	530	520
	1.202	2.954
Intangível em serviço (Nota 5.14)	43.138	43.296
Intangível em curso (Nota 5.14)	4.890	3.945
	48.028	47.241
	49.230	50.195
TOTAL DO ATIVO	86.027	87.421



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

Balanco Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE		
Fornecedores (Nota 5.17)	8.810	6.452
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.18)	2.313	1.953
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 5.19)	2.397	2.293
Tributos (Nota 5.20)	4.017	2.520
Provisão para litígios (Nota 5.21)	3	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	999	895
Encargos setoriais (Nota 5.22)	8.110	7.588
Passivos regulatórios (Nota 5.23)	1.832	8.095
Outros passivos circulantes (Nota 5.24)	1.150	1.131
	29.631	30.927
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.18)	1.894	1.657
Passivos financeiros setoriais	-	1.705
	1.894	3.362
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 5.26)	42.000	39.000
Reservas de Capital (Nota 5.26)	12.502	14.132
	54.502	53.132
TOTAL DO PASSIVO	86.027	87.421



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

	2017	2016
Receita Operacional (Nota 5.31)		reclassificado
Fornecimento de Energia Elétrica	136.006	168.401
Disponibilização do Sistema de Distribuição	19.008	7.305
Ativos e Passivos Financeiros Regulatórios	528	5.087
Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	5.931	5.212
Outras Receitas	5.309	4.311
Receita de Construção	5.024	5.086
	171.806	195.402
Deduções da Receita Operacional (Nota 5.32)		
ICMS	(47.916)	(49.747)
COFINS / PASEP	(14.349)	(16.787)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(7.783)	(10.120)
CDE – Conta ACR	(6.181)	(7.311)
TFSEE – Taxa de Fiscalização	(110)	(116)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(875)	(869)
Bandeiras Tarifárias	(4.078)	(2.843)
	(81.292)	(87.793)
Receita Operacional Líquida	90.514	107.609
Custos Não Gerenciáveis – Parcela “A” (Nota 5.33)		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(46.310)	(65.744)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(11.435)	(7.498)
	(57.745)	(73.242)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	32.769	34.367
Custos Gerenciáveis – Parcela “B” (Nota 5.34)		
Pessoal e Administradores	(15.364)	(14.182)
Material	(1.300)	(1.476)
Serviços de Terceiros	(5.348)	(5.578)
Depreciação e Amortização	(2.492)	(2.425)
Custo com Construção	(5.024)	(5.086)
Outras Despesas Operacionais	(1.103)	(1.240)
	(30.631)	(29.987)
Resultado da Atividade	2.138	4.380
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras	(3.152)	(3.951)
Receitas Financeiras	3.631	5.035
	479	1.084
Resultado Antes dos Impostos sobre o lucro	2.617	5.464
Imposto de Renda / Contribuição Social s/Lucro	(642)	(1.099)
Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	1.975	4.365
Participações nos Lucros	(606)	(665)
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	1.700	1.700
Lucro Líquido do Exercício	3.069	5.400
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$	6,14	10,80



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

	2017	2016
Atividades Operacionais		reclassificado
Lucro Líquido do Exercício	3.069	5.400
Despesas / Receitas que não Afetam o Caixa		
Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	768	230
Depreciação e Amortização de Investimentos	4.806	3.247
Baixas do Imobilizado em Serviço	462	428
Provisões no Passivo Circulante	3	(27)
Provisões no Passivo Não Circulante	-	-
	9.108	9.278
Variações no Ativo Circulante		
Consumidores e Revendedores	(4.080)	10.600
Serviços em Curso	694	(552)
Tributos compensáveis	177	(245)
Almoxarifado operacional	(48)	165
Ativos regulatórios – Parcela A – CVA	5.172	(4.182)
Despesas pagas antecipadamente	(128)	(4)
Subsídios tarifários e Redução da tarifa equilibrada	(2.089)	498
Outros ativos circulantes	(341)	(1.567)
	(643)	4.713
Varição no Passivo Circulante		
Fornecedores	2.358	(5.078)
Obrigações sociais e trabalhistas	104	308
Tributos e Contribuições Sociais	1.497	(1.779)
Dividendos declarados e juros s/Capital próprio	104	(806)
Encargos setoriais	522	385
Passivos regulatórios – Parcela A – CVA	(6.263)	944
Outros passivos circulantes	19	420
	(1.659)	(5.606)
Aplicações no Ativo Não Circulante		
Tributos e contribuições compensáveis	166	(219)
Depósitos judiciais e cauções	(109)	-
Ativo financeiro Resolução nº 243/06	1.705	1.970
Indenização pela Concessão a Receber	(10)	21
Outros Ativos Não Circulantes	-	280
	1.752	2.052
Aplicações no Passivo Não Circulante		
Passivo financeiro Resolução nº 243/06	(1.705)	(1.970)
	(1.705)	(1.970)
Total das Atividades Operacionais	6.853	8.467
Aplicações no Imobilizado - Obras de Distribuição	(6.054)	(5.268)
Indenização pela Concessão a Receber	-	(21)
Contribuições do Consumidor	-	323
Depreciação/Amortização - Participação Financeira do Consumidor	-	(274)
Participações Societárias	-	5
	(6.054)	(5.235)
Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.700	-
Amortização de Empréstimos	(2.130)	(2.004)
Juros sobre Financiamentos	27	26
Juros sobre o Capital Próprio	(1.700)	(1.700)
	(1.103)	(3.678)
Total de Efeitos no Caixa		
Saldo Inicial do Caixa	5.678	6.124
Saldo Final do Caixa	5.374	5.678
Varição no Caixa	(304)	(446)



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

	2017	2016
1. Geração do Valor Adicionado		reclassificado
Receitas de Vendas de Energia	136.006	168.401
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD	12.009	4.938
Outras Receitas de Serviços	12.152	14.610
Receita de Construção de redes	5.024	5.086
	165.191	193.035
Menos:		
Insumos		
Custo da Energia Comprada	(63.631)	(80.708)
Materiais	(1.379)	(1.550)
Serviços de Terceiros	(4.276)	(4.076)
Custos de Construção de Redes	(5.024)	(5.086)
Outros Custos Operacionais	(1.010)	(1.155)
	(75.320)	(92.575)
2. Valor Adicionado Bruto	89.871	100.460
Quota de Reintegrações/Amortizações	(2.972)	(2.962)
3. Valor Adicionado Líquido Gerado	86.899	97.498
Receitas Financeiras Líquidas	3.631	5.035
4. Valor Adicionado a Distribuir	90.530	102.533
5. Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do Trabalho	16.639	16.198
Governo: Impostos e Contribuições	68.764	78.019
Encargos Financeiros e Variações Monetárias	1.452	2.251
Juros Sobre o Capital Próprio / Dividendos	1.700	1.700
Lucros Retidos	1.369	3.700
Participação nos Lucros	606	665
Total	90.530	102.533



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	38.000	2.481	8.952	-	49.433
Aumento do Capital Social Conforme 120ª AGE e 49ª AGO de 02/05/2016					
- Com Reservas	1.000	-	(1.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	5.400	5.400
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	270	-	(270)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	3.430	(3.430)	-
JSCP (R\$ 2,50 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.700)	(1.700)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	39.000	2.751	11.382	-	53.133
Aumento do Capital Social Conforme 126ª AGE e 50ª AGO de 31/03/2017					
- Com Reservas	3.000	-	(3.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	3.069	3.069
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	153	-	(153)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	1.216	(1.216)	-
JSCP (R\$ 2,50 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.700)	(1.700)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	42.000	2.904	9.598	-	54.502



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ: 75.805.895/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de Economia Mista de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km².

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

2. Da Concessão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica – Aneel.

A Cotel assinou em 09/12/2015 o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998, prorrogando a vigência até 07/07/2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09/11/2015, com fundamento na Lei nº 12.783/2013, no Decreto nº 7.805/2012 e no Decreto nº 8.461, de 02/06/2015.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis

As principais políticas contábeis na preparação das demonstrações estão descritas a seguir:

4.1. Contratos de Concessão

Conforme interpretação da ICPC 01 e OCPC 04 prevê que toda a infraestrutura da concessão não deve ser reconhecida como ativo imobilizado, pois considera-se que o concessionário não controla os ativos.

4.2. Plano de Contas – A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSE), instituído por Resoluções Aneel.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa – composto por caixa, contas bancárias e aplicações de curto prazo de liquidez imediata.

4.4. Consumidores – Engloba as contas a receber com fornecimento de energia elétrica e uso da rede, faturado e não faturado por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros.

4.5. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - O valor da PCLD reconhecida é considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber. Constituída com base nos valores a receber dos consumidores, sendo a classe residencial vencido a mais de 90 dias, classe comercial vencido a mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

4.6. Estoques – Os materiais e equipamentos em estoques classificados no ativo circulante compreende o almoxarifado de manutenção de obras e administrativo. Estão registrados pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

4.7. Ativos e passivos regulatórios – Contas de compensação de variação dos itens da “Parcela A” – CVA, são despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente. São valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do Contrato de Concessão, que tem por objetivo, assegurar o equilíbrio financeiro econômico da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto básico da competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos tarifários.

4.8. Ativo financeiro da concessão – Refere-se a parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização.

Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

4.9. Intangível – Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida, para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequentemente direito a cobrar dos usuários do serviço prestado ao longo da concessão. Estão registrados e controlados de acordo com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 e OCPC 05 (Contratos de Concessão). Os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzindo a amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

4.10. Fornecedores – As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações referentes aos bens e serviços adquiridos ao longo do curso normal dos negócios. Contempla também os valores faturados de aquisição de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

4.11. Empréstimos e Financiamentos – Registrados em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e taxas efetivas de juros contratados.

4.12. Dividendos – O reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos.

4.13. Encargos setoriais

- **Contas de Desenvolvimento Energético (CDE)** - Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

- **Programas de Eficientização Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**, São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

- **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)** - Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

- **Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (ContaBandeiras)** - Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica . CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - **PRORET**.



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

4.14. Fornecimento de Energia Elétrica – são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

4.15. Fornecimento de Energia Elétrica - Não faturado - corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

5. Notas Explicativas

ATIVO CIRCULANTE

5.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2017	2016
Caixa	6	2
Contas Bancárias a Vista	2.084	810
Numerários em Trânsito	705	359
Total	2.795	1.171

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

5.2. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras, no montante de R\$ 2.580 mil (R\$ 4.508 em 2016), estão concentradas na Caixa Econômica Federal e são remuneradas com base na variação do fundo DI, atualizadas até a data do Balanço.

5.3. Consumidores, Concessionários e Permissionários.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2017	2016
Fornecimento faturado	10.972	9.313
Fornecimento não faturado	6.281	4.559
Outras cobranças de consumidores	658	1.191
(-) Provisão p/Créditos de liquidação duvidosa – PCLD	(768)	(1.232)
Total	17.143	13.831

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
Consumidores	2017				2016
Residencial	2.690	2.301	318	5.309	4.478
Industrial	745	1.016	195	1.956	1.246
Comercial	1.233	540	191	1.964	1.653
Rural	137	61	112	310	195
Poder Público	220	8	58	286	253
Iluminação Pública	589	-	-	589	457
Serviço Público	314	5	-	319	267
Consumidor Livre	-	-	-	-	345
Serviço taxado e outras	234	156	35	425	524
Renegociação/Parcelamentos	203	40	46	289	369
Não faturado	6.281	-	-	6.281	4.559
Participação Financeira	49	6	87	142	141
Governo do Paraná – Luz Fraterna	41	-	-	41	576
Sub total	12.736	4.133	1.042	17.911	15.063
(-) Crédito líq.duvidosa	-	-	(768)	(768)	(1.232)
Total Consumidores	12.736	4.133	274	17.143	13.831

5.4. Serviços em Curso

São registrados os valores aplicados nos Programas em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento, de Eficientização Energética direcionados ao consumidor de Baixa Renda e de Serviços em Redes. Valor aplicado até dezembro de 2017 foi de R\$ 752 mil.

5.5 Tributos compensáveis

	2017	2016
Icms a compensar Curto Prazo	285	166
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	-	196
Contribuição Social s/Lucro Líquido – CSLL	-	39
Provisões s/aplicações financeiras	7	68
Total	292	469

5.6. Almojarifado operacional

Corresponde a materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.192 mil, (R\$ 1.143 em 31 de dezembro de 2016), e não excedem ao valor de mercado.

5.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência no valor de R\$ 158 mil.

5.8. Ativos Regulatórios

Corresponde às variações positivas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Neutralidade da Parcela A

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

Devoluções tarifárias Angra III

Valor referente resposta ao Ofício Circular nº 17/2017-SGT/ANEEL relativo ao ajuste de faturamento decorrente da RTE Angra III (abril_2017).

A partir da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão assinado em 10/12/2014, A Cotel aplicou a OCPC nº 08 a partir do exercício de 2014, com registros dos valores do ativo financeiro setorial em contrapartida à receita operacional.

	2017	2016
CVA - Custo de Aquisição de Energia (constituição e amortização)	2.810	6.625
CVA - Proinfra (constituição e amortização)	-	151
CVA - Conta de Desenv. Energético CDE (constituição e amortização)	205	1.127
Neutralidade Parcela "A" (constituição e amortização)	1.987	3.472
Devoluções tarifária Angra III (constituição)	1.201	-
Total	6.203	11.375

5.9. Outros Ativos Circulantes

	2017	2016
Créditos a receber – empregados	234	195
Títulos de créditos a receber – Parcelamentos manuais:		
- Consumidores Industriais/Comerciais e Outras	1.412	1.534
Serviços prestados a terceiros	11	41
Reembolsos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		
- Subsídio Água, Esgoto, Saneamento e Rural	189	128
- Subsídio Carga Fonte Incentivada – CL	1.900	997
Subsídios Baixa Renda - Eletrobrás	236	99
Outros ativos a receber	1.701	259
Total	5.683	3.253

ATIVO NÃO CIRCULANTE

5.10. Tributos compensáveis

	2017	2016
ICMS a compensar	368	534
Total	368	534

5.11. Investimentos temporários

O valor de R\$ 195 mil refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado.

5.12. Ativos Financeiros Setoriais

A Resolução nº 243 de 19 de dezembro de 2006, alterou a metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD e das Tarifas de Energia Elétrica – TE aplicáveis às concessionárias e permissionárias de serviço



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

público de distribuição do Sistema Interligado Nacional o que resultou em diferenças a serem repassadas as supridoras de energia pelas concessionárias.

	2017	2016
Ativo financeiro – Resolução nº 243/2006	-	1.705
Total	-	1.705

5.13. Outros ativos não circulantes

Ativos Financeiros – Indenizáveis (concessão)

Refere-se a parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização.

Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

	2017	2016
Ativo financeiro	530	520
Total	530	520

5.14. Intangível

	2017		
	Intangível	Ativo financeiro	Intangível Líquido
Intangível	48	(2)	46
Terrenos	258	(258)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias.	146	-	146
Máquinas e Equipamentos	47.290	(270)	47.020
Veículos	1.228	-	1.228
Móveis e Utensílios	135	-	135
(-) Obrigações especiais Vinculadas a Concessão	(5.437)	-	(5.437)
	43.668	(530)	43.138
Intangível em Curso	4.890	-	4.890
	48.558	(530)	48.028

A agência reguladora, Aneel, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro).

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (de junho de 2008). Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

	2017	2016
Em Serviço		
- Participação da União, Estados e Municípios	118	118
- Participação financeira do consumidor	4.937	4.880
- Universalização Serviço Público de Energia Elétrica	2.370	2.370
- Pesquisa e Desenvolvimento	118	
(-) Amortização Acumulada	(2.452)	(2.122)
- Em Curso	346	255
Total	5.437	5.501

5.15. Taxas de Depreciação

De acordo com a resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registrada e controlada por Unidade de Cadastro - UC e passaram a ser aplicados a partir de Janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

5.16. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

PASSIVO CIRCULANTE

5.17. Fornecedores

	2017	2016
Energia Comprada p/ Revenda	7.468	6.171
Materiais, Serviços e Outros	1.342	281
Total	8.810	6.452

5.18. Empréstimos e Financiamentos e debêntures

	2017		2016	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Eletrobrás				
ECF 116/2005	-	-	98	-
ECF 182/2007	60	35	60	101
ECF 212/2008	103	209	102	306
Total	163	244	260	407

Taxa de Juros de 5% ao ano, "Pro Rate Temporis" sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência.

Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido.



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

	2017		2016	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Eletrobrás	162	244	260	407
Caixa Econômica Federal	2.150	1.650	1.693	1.250
Total	2.312	1.894	1.953	1.657

Empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal, em 14/09/2015, no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a serem pagos em 36 parcelas. Vencimento em setembro/2018. Tipo de operação: CDI – Pós.
Efetuado empréstimo em 27/10/2017 no valor de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil), a serem pagos em 36 parcelas. Tipo de operação: CDI – Pós.

5.19. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2017	2016
Saldo de Salários a Pagar	1	-
Provisão de férias	1.610	1.388
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	161	208
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	17	31
Participações nos lucros	608	666
Total	2.397	2.293

5.20. Tributos

	2017	2016
Tributos Federais	1.179	538
Tributos Estaduais	2.514	1.666
Contribuições Sociais	322	315
Tributos retidos na fonte	2	1
Total	4.017	2.520

Cofins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade e estão sujeitas as alíquotas de 7,60% e 1,65%

5.21. Provisão Para litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, análise das demandas judiciais, constituíram provisões para 2017 consideradas como “prováveis”.

Descrição	2017		2016	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	-	-	-	-
Cíveis	3	-	-	-
Total	3	-	-	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui processos cíveis que tramitam em juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como “possíveis” os valores somam aproximadamente R\$ 261.269,66.

Nas ações que tramitam em varas cíveis considerados como “possíveis”, a Cotel conta com 34 processos com reclamações como danos materiais na maioria, temos o valor somatório aproximado de R\$ 476,692,24.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento, entre outros. Considerado como risco “possível” a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 40.000,00.

5.22. Encargos Setoriais

	2017	2016
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	35	22
Ministério das Minas e Energia – MME	18	11
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.988	2.108
Programa de Eficientização Energética	3.504	3.964
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel	60	53
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	656	788
Taxa de Fiscalização	9	10
Conta ACR – Camara de comercialização de Energia Elétrica	479	624
Bandeiras tarifárias	1.357	-
Demais encargos setoriais	4	8
Total	8.110	7.588

5.23. Passivos regulatórios

Corresponde às variações negativas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

	2017	2016
CVA - Proinfra (constituição e amortização)	55	21
CVA - Conta de Desenv. Energético CDE (constituição e amortização)	1.777	1.023
CVA - Custo de Aquisição de Energia (constituição e amortização)	-	544
Bandeiras tarifárias	-	3.814
Financeiro de reversão – RTE – Energia	-	1.671
Financeiro de reversão – RTE – CDE uso	-	1.019
Financeiro de reversão – RTE – CDE energia	-	3
Total	1.832	8.095

5.24. Outros passivos circulantes

	2017	2016
Consumidores	72	86
Taxa de Iluminação Pública	793	777
Taxa do Lixo	179	174
Outros credores	106	94
Total	1.150	1.131

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

5.25. Empréstimos e Financiamentos

O Passivo Não circulante contém valores de Empréstimos e financiamentos constituídos com a Eletrobrás utilizados e aplicados no programa do governo federal “Luz para Todos”, já mencionados seus saldos no item 5.18.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.26. Capital Social

	2017	2016
Prefeitura Municipal de Campo Largo	41.837	38.847
Demais Acionistas	163	153
Total	42.000	39.000



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2017	2016
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

5.27. Reserva de Lucros

	2017	2016
Reserva de Lucros	12.502	11.433

A reserva de retenção de lucros foi constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral.

A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

5.28. Cálculo dos Dividendos

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 1.700 mil, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual.

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	3.069	5.400
(-) Reserva Legal	(153)	(270)
(-) Constituição da Reserva	(1.216)	(3.430)
(-) Juros s/Capital Próprio	(1.700)	(1.700)
Lucro ajustado	-	-

5.29. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2017 a 06/04/2018	1.290
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2017 a 06/04/2018	2.350
Centro de treinamento	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2017 a 06/04/2018	270
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	04/07/2017 a 04/07/2018	Vlr.Mercado



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

5.30. Instrumentos Financeiros

Até 31 de Dezembro de 2017, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira.

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus Valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

Consumidores, Concessionários e Permissionários.

O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos Contábeis pela sua natureza de curto prazo.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como:

Risco de crédito

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente;

Concentração de risco de créditos

Como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

5.31. RECEITA OPERACIONAL

- Fornecimento de Energia Elétrica e outros

Classes	Nº consumidores (valores não auditados)		Consumo em MWh (valores não auditados)		Valor – R\$ (mil)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecimento faturado						
Residencial	43.654	43.303	79.982	78.448	62.490	59.812
Industrial	420	485	48.612	94.352	29.840	59.623
Comercial	3.257	3.142	35.736	47.654	25.636	33.623
Rural	1.822	1.817	7.253	7.155	3.570	3.377
Poder Público	218	217	3.569	3.986	2.594	2.906
Iluminação Pública	1	1	13.924	13.728	6.391	5.790
Serviço Público	67	71	6.980	6.407	3.763	3.639
Consumo Próprio	3	2	117	112	-	-
Total Energia faturada	49.442	49.038	196.173	251.842	134.284	168.770
Não faturado	-	-	-	-	1.722	(369)
Disponibilização do Sistema de Distribuição – Consum.Livres (nota 1)	9	9	117.150	47.269	19.008	7.305
Receita de Construção	-	-	-	-	5.024	5.086
Doações, Contrib.Subvenções Vinculadas ao Serv.Concedido	-	-	-	-	5.931	5.212
Outras Receitas	-	-	-	-	5.309	4.311
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	528	3.232
Total Energia não faturada	9	9	117.150	47.269	37.522	24.777
TOTAL	49.451	49.047	313.323	299.111	171.806	193.547

- Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

Nota 1: No ano de 2016, 9 (nove) consumidores industriais e comerciais de média tensão abaixo de 13,8 Kv pertencentes ao grupo de consumo A4, migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores. O valor demonstrado no quadro acima de 117.150 MWh refere-se ao consumo destes Consumidores Livres junto a outras Distribuidoras por eles contratados.

- Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido

	2017	2016
Subsídios Baixa Renda	688	555
Subsídios s/descontos nas tarifas do Serviço Público/Rural	1.694	1.725
Subsídios CDE	-	1.935
Subsídios Carga fonte incentivada – consumidor livre	3.549	997
Total	5.931	5.212

Subsídios tarifários – Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos consumidores do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluso subsídios de baixa renda, que são repassados pela Eletrobrás.

- **Outras Receitas**

	2017	2016
Renda Prestação de Serviços – Compartilhamento de infraestrutura	2.453	1.275
Serviço Taxado	1.172	939
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	1.637	1.506
Ganhos na Alienação de bens e direitos	280	299
Outros	151	292
(-) Tributos s/outras Receitas – Pis/Pasep/Cofins	(384)	-
Total	5.309	4.311

- **Ativos e Passivos Regulatórios**

	2017	2016
CVA Ativa e Passiva		
- Constituição	681	9.325
- Amortização	424	(7.470)
Neutralidade Parcela “A”		
- Constituição	1.011	3.354
- Amortização	(2.789)	(122)
Devolução tarifária Angra III	1.201	
Total	528	5.087

Ativos e Passivos regulatórios – valores de Compensação da Variação dos Custos da Parcela “A” – CVA – Valores contabilizados em contrapartida com as contas citadas nos itens 5.8 e 5.23.

5.32. Deduções da Receita Operacional

- **Encargos Setoriais - Encargos do consumidor**

	2017	2016
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	7.783	10.120
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE - ACR	6.181	7.311
Bandeiras tarifárias	4.078	12.843
Taxa de fiscalização	110	116
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	438	435
Programa de Eficiência Energética - PEE	437	434
Total	19.027	31.259

- Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	2017	2016
Programa de Eficiência Energética - PEE	350	381
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel	87	53
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	175	174
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	175	174
Ministério de Minas e Energia - MME	88	87
Total	875	869



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE, são programas de investimentos em os quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/2008 e 316/2008.

Procel

A Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016, alterou a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética. Segundo a Lei nº 13.280/2016, 20% (vinte por cento) dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, e ratificado pelo Decreto de 18 de julho de 1991.

A Resolução Normativa nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Sub módulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel.

Os valores foram provisionados no Passivo Circulante e aguardamos a aprovação do primeiro Plano de Aplicação de Recursos pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE, presidido pelo MME, para que possamos providenciar o recolhimento.

5.33. Custos com aquisição de energia elétrica Comprada Para Revenda

	Em MWh (valores não auditados)		em R\$ (mil)	
	2017	2016	2017	2016
Copel – Compra de Energia	211.100	267.161	47.321	67.588
Encargos do Uso da Rede Elétrica			12.600	8.262
PROINFA			2.355	2.568
Bolha financeira – Resolução 243/06			1.346	2.288
Micro geração – baixa tensão	16		8	1
Crédito COFINS / PASEP/PIS			(5.885)	(7.464)
Total	211.116	267.161	57.745	73.243

5.34. Despesas Operacionais – Custos não gerenciáveis

A composição dos custos e despesas operacionais em 2017 e 2016 são as seguintes:

Naturezas	2017	2016
Pessoal	14.042	12.612
Administradores	1.322	1.570
Material	1.300	1.476
Serviço de terceiros	5.348	5.578
Arrendamento e alugueis	235	218
Seguros	71	52
Doações, contribuições e subvenções.	98	6
Provisões	(462)	203
(-) Recuperação de despesas	(154)	(87)
Tributos	93	87
Depreciação/Amortização	2.492	2.425
Custo com construção	5.024	5.086
Gastos diversos	1.222	761
	30.631	29.987

6. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos Empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2017, no valor de R\$ 606 mil, conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito a aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

7. Ajuste a Valor Presente - De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia analisa suas contas de ativos e passivos que serão sujeitas a liquidação financeira frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazo de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta da desvalorização no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante efetua-se a redução contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho financeiro de acordo com a fruição do tempo.

8. Universalização

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de Novembro de 2.003, foi instituído o Programa de Universalização - Luz para Todos, a ser realizado sem qualquer ônus aos consumidores.

Foram celebrados 4 (quatro) contratos junto a Eletrobrás para a realização das obras do Programa "Luz para Todos". A Cocel já encerrou o programa em 2014.

Os valores finais seguem discriminados no quadro abaixo:

	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa	Total
Contrapartida	Contrato nº 063/04	Contrato nº 116/05	Contrato nº 182/07	Contrato nº 212/08	
COCEL	216	528	162	543	1.449
CDE	432	1.056	-	1.303	2.791
RGR	432	1.056	663	1.303	3.454
TOTAL	1.080	2.640	825	3.149	7.694

Sendo:

RGR – Reserva Global de Reversão – Recursos decorrentes de subvenção econômica. Financiada.

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético – Subsidiado.

COCEL – Agente Executor – Recursos próprios.

7. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade.

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente as atividades de Distribuição, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o município de Campo Largo, e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Carlos Conrado Krzyzanovski
Diretor Técnico

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/Financeiro

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

Campo Largo, 31 de dezembro de 2017.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2017, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 31 de Março de 2018.

Moacir Thadeu Schneider
Presidente

Vinicius Marcel Lamógia
Conselheiro

Regiane Portella Gomes
Conselheira

João Alceu Borges Tigrinho
Conselheiro

José Carlos Noriller
Conselheiro



Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 31 de março de 2018.

Keizo Assahida
Presidente

Waldir Carlos Cosmo
Conselheiro

Rubens Beber
Conselheiro

Paulo Henrique Bianco
Conselheiro

Adão Natalino Da Silva Junior
Conselheiro

Pedro Mosko
Conselheiro

Lorena Alberton Camargo
Conselheira

Regiane Portella Gomes
Conselheira

Bianca Moraes
Conselheira

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Campolarguense de Energia – COCEL
Campo Largo - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (Companhia) em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2018.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP-03.22.67/O-1



Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP



RELATÓRIO ANUAL
DAS
DEMONSTRAÇÕES
REGULATÓRIAS
2017

Conteúdo

Relatório da Administração:

- Carta do Presidente
- A Empresa
- Estrutura Organizacional
- Governança Corporativa
- Estrutura e Ambiente da Prestação de Serviços
- Aspectos Operacionais
- Indicadores Sociais Externos
- Investimentos
- Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos
- Indicadores Sociais Internos
- Dimensão Econômica Financeira
- Indicadores econômicos
- Balanco Social

Demonstrações Contábeis:

- Balanco Patrimonial
- Demonstrativo do Resultado
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2017

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Campolarguense de Energia – Cotel, para a sociedade, colaboradores, investidores e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

O ano de 2017 marcou o início de uma grande reestruturação na gestão da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL. Depois de acumular resultados críticos nos anos anteriores nos índices de satisfação dos consumidores, de qualidade do fornecimento e passar por uma grave crise financeira, a Companhia viu-se obrigada a apresentar um Plano de Resultados para os próximos dois anos à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A agência reguladora passou a acompanhar de forma minuciosa as ações da Companhia com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço prestado.

Diversas melhorias começaram a ser implantadas já no início de 2017, como o Projeto Mais Energia – que ao analisar detalhadamente os desligamentos de energia não programados permitiu a realização de manutenções e investimentos com retorno efetivo na qualidade do fornecimento de energia. A prevenção de interrupções ganhou destaque – mutirões de serviços (como troca de chaves e poda da vegetação) passaram a ser realizados nos pontos críticos. Foram adquiridos quatro novos caminhões – a frota renovada reduz os custos de manutenção e garante mais agilidade ao atendimento às solicitações de consumidores.

A reaproximação da Companhia de seus consumidores, através de melhorias nos canais de comunicação, teve grande importância durante todo o ano. A Agência Virtual foi revitalizada, o horário de teleatendimento foi estendido e foi lançado ainda o aplicativo para smartphones Cotel Mobile. Foram definidos procedimentos para negociação de dívidas e o número de desligamentos devido à inadimplência dos consumidores reduziu assim que a Companhia passou a enviar mensagens de celular alertando sobre os débitos. A comunicação melhorou ainda mais com o uso das redes sociais para divulgação de assuntos de interesse dos consumidores.

A COCEL aprovou ainda junto à ANEEL o maior projeto de melhoria na iluminação pública já realizado no município. Através do Programa de Eficiência Energética a iluminação pública do anel central de Campo Largo passará a utilizar lâmpadas de led – mais eficientes e econômicas que os modelos tradicionais. O trabalho foi intenso durante todo o ano e tanto a ANEEL quanto os consumidores estão percebendo que a qualidade do serviço prestado pela Cotel fica melhor a cada dia.

Cordialmente,

José Arlindo Lemos Chemin

Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão

“Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas”.

Visão

“Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade”.

Política da Qualidade

“Atender às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, otimizando os serviços prestados para a satisfação dos consumidores internos e externos, melhorando continuamente e garantindo tratamento adequado às reclamações”. (ISO-9001)

Política da Qualidade no tratamento das reclamações

“Garantir aos consumidores a possibilidade de reclamar, disponibilizando as informações e recursos necessários, buscando a melhoria contínua para satisfazer ao reclamante, conforme a regulamentação pertinente”. (ISSO-10002)

Princípios e Valores

“A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores”.

Organização e Gestão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 49 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

Perfil

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2012, conforme disposições da legislação, a Cotel manifestou seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos.

Em 2015, a Cotel renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11.01.2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016.

Estrutura Organizacional

Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto por sete membros eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto por cinco membros efetivos, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Auditoria Interna: Através da Ata 122ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, de 28 de outubro de 2016, com base na Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, em especial ao art. 9º, inciso III, § 3º, foi implementado a área denominada Auditoria Interna, a qual é vinculada diretamente ao Conselho de Administração, sendo responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Governança Corporativa

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulado pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 42.000 (quarenta e dois milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2017	2016
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Auditoria Externa

A COCEL tem como contratada a empresa TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S. S. – EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km² e população de 125.719 habitantes, segundo estimativa do IBGE.

Atendimento aos consumidores

Em 2017 foram registrados 289.450 protocolos de atendimento, sendo 49,9% no primeiro semestre e 50,1% no segundo. Com relação ao ano anterior houve acréscimo de 9,5% no total de atendimentos realizados, enquanto o número de consumidores cresceu apenas 0,8%. Foram 61.476 ligações recebidas pelos telefones 0800-7262121 e 0800-7262212 (atendimento comercial e Ouvidoria).

Diversas melhorias foram implantadas durante o ano de 2017 com o objetivo de oferecer atendimento com cada vez maior qualidade e agilidade. Foi ampliado o horário de teleatendimento humanizado, que passou a ser realizado das 7h30 à meia-noite, de segunda-feira a sábado (antes, era das 8h às 20h) – nos demais horários o atendimento é realizado por central automatizada. As escalas da equipe foram revisadas com o objetivo de

disponibilizar o maior número de atendentes nos períodos de maior demanda e foram contratados dois novos colaboradores para a implantação do terceiro turno.

Os processos referentes a atendimento a consumidores foram padronizados e foram realizados treinamentos com toda a equipe, proporcionando mais rapidez, mais satisfação aos consumidores e minimizando o risco de erros. Um exemplo de atendimento totalmente padronizado em 2017 é o processo referente à negociação de dívidas (parcelamentos, prorrogações de reavisos, encerramento de contratos) – garantia de isonomia no tratamento a todos os clientes.

Também em 2017 a Agência Virtual foi totalmente revitalizada, passando a ter fácil acesso e navegação e foi lançado o aplicativo para smartphones Cocel Mobile. Gratuito e disponível para sistemas Android e iOS, o aplicativo vem se consolidando como um dos canais de comunicação que mais tem ganho usuários. Tanto o aplicativo quanto a nova Agência Virtual proporcionam o acesso ao histórico de faturas, solicitação de serviços, registro de reclamações, emissão de segundas vias, entre outras opções. Atualmente são cinco canais de atendimento disponibilizados:

- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;
- Tele atendimento: ligação gratuita para 0800-7262121. O atendimento personalizado ocorre de segunda-feira a sábado das 7h30 às 24h. Fora deste período o atendimento é realizado por central automatizada (URA – Unidade de Resposta Automatizada) – serviço disponível 24 horas por dia;
- Agência Virtual: disponível no site www.cocel.com.br – serviço disponível 24 horas por dia;
- Aplicativo COCEL MOBILE: aplicativo é gratuito e disponível para sistemas operacionais Android e iOS;
- E-mail: link para o e-mail atendimento@cocel.com.br disponível no site – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 – serviço disponível 24 horas por dia.

Em outubro de 2017 a Companhia implantou o sistema de envio de SMS e e-mails para avisos comerciais. Neste primeiro momento estão sendo enviados avisos sobre risco de suspensão por inadimplência – o consumidor recebe um SMS e e-mail no dia seguinte ao vencimento de seu reaviso, caso a fatura não esteja quitada.

Agentes Arrecadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 34 agentes arrecadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria

A Ouvidoria da COCEL é um setor independente dos demais e fica à disposição dos consumidores que desejarem registrar suas reclamações, sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores. As Ouvidorias das Concessionárias de Energia Elétrica são regulamentadas pela Resolução nº 470/2011 – ANEEL.

No ano de 2017, a Ouvidoria atendeu a 78 reclamações de seus consumidores, sendo que 55 - (70,5%) na Companhia. Destas 30% foram feitas via telefone e 70% pessoalmente. Outras 45 reclamações de seus Consumidores (29.5%) foram registradas: (11.5%) junto à ANEEL, (10,5%) junto ao Conselho de Consumidores e (7,5%) no PROCON.

Aspectos Operacionais

Mercado de Energia Elétrica

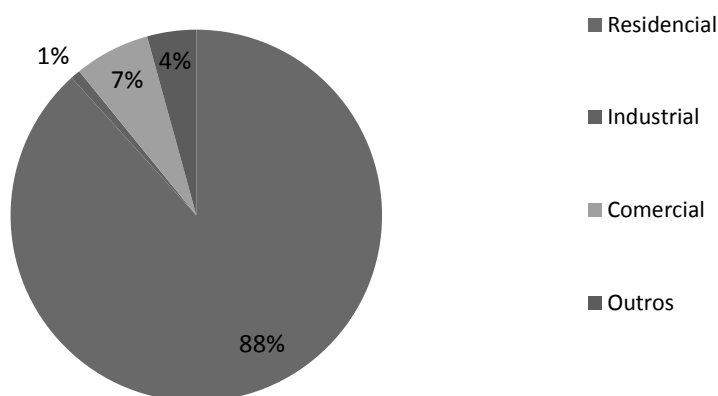
Número de consumidores:

Foram realizadas no ano 404 novas ligações, das quais 351 são da classe residencial. Totalizando no final do exercício de 2017, 49.442 consumidores contra os 49.038 consumidores de 2016, o que representa um crescimento de 0,82%. Destaque na classe residencial que representa 88,3% do número de consumidores.

No ano de 2016, 9 (nove) consumidores industriais e comerciais de média tensão abaixo de 13,8 Kv pertencentes ao grupo de consumo A4, migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores.

Classes	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	40.274	41.958	42.762	43.303	43.654
Industrial	549	550	511	485	420
Comercial	2.901	3.007	3.097	3.142	3.257
Rural	1.618	1.666	1.745	1.817	1.822
Poder Público	206	212	212	217	218
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	45	75	76	71	67
Consumo Próprio	2	2	2	2	3
Total	45.596	47.471	48.406	49.038	49.442
Variação	4,51%	4,11%	1,97%	1,31%	0,82%

Consumo por Classe de Consumidores (GWh)

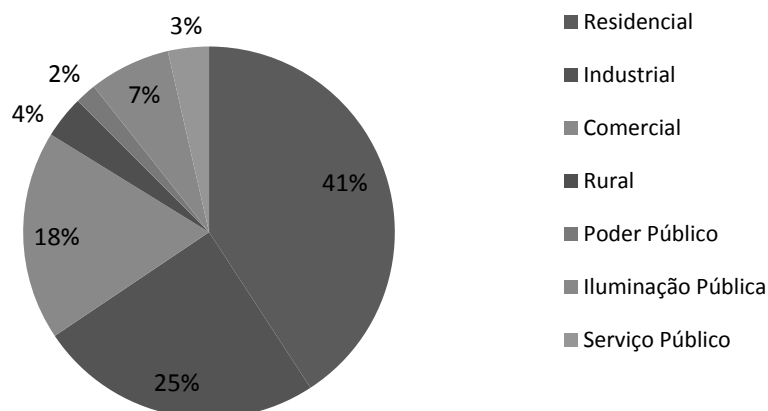


Mercado de Energia Vendida: (MWh)

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2017, totalizou 196.173 MWh. Um decréscimo de 22,1%, comparando com a energia faturada no ano de 2016, que totalizou 251.842 MWh.

Classes	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	77.709	81.757	79.741	78.448	79.982
Industrial	144.358	142.240	142.238	94.352	48.612
Comercial	44.794	50.547	57.941	47.654	35.736
Rural	6.745	7.223	7.212	7.155	7.253
Poder Público	4.475	4.506	4.249	3.986	3.569
Iluminação Pública	13.075	13.143	13.404	13.728	13.924
Serviço Público	5.660	6.292	6.930	6.407	6.980
Consumo Próprio	116	115	112	112	117
Total	296.932	305.823	311.827	251.842	196.173
Variação	5,07%	2,99%	1,97%	-19,24%	-22,10%

Consumo por Classe de Consumidores (GWh)



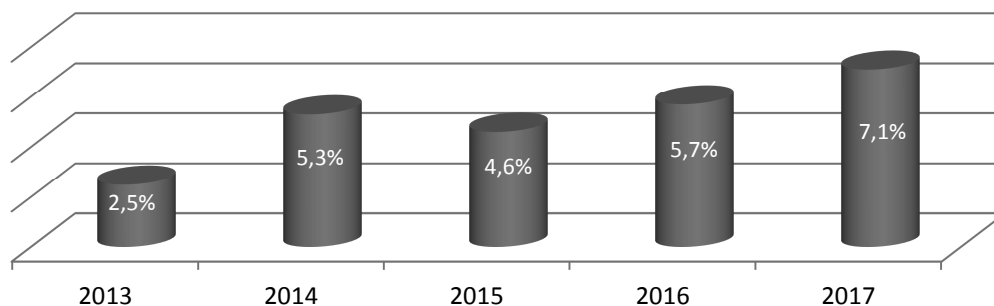
A energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2017 adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia - COPEL apresentou um decréscimo de -21,0%, passando de 267.161 MWh em 2016 para 211.100 MWh em 2017.

Balanco Energético

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 7,1%.

Classes		2013	2014	2015	2016	2017
GWh	Venda de Energia	297	306	312	252	196
	Compra de Energia	304	323	327	267	211
	Perdas Totais	7	17	15	15	15
	Perdas Técnicas - PT	5	12	10	11	10
	Perdas Não Técnicas - PNT	2	5	5	4	5
	% PT/Energia requerida	1,7%	3,7%	3,2%	4,2%	4,7%
	% PNT/Energia requerida	0,8%	1,6%	1,4%	1,8%	2,4%
	% Perdas Totais /Energia requerida	2,5%	5,3%	4,6%	5,7%	7,1%

Perdas Totais



Energia Vendida: (R\$ mil) - bruta

Classes	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	31.065	36.477	60.528	59.812	62.490
Industrial	41.407	47.669	89.601	59.623	29.840
Comercial	14.965	19.544	40.075	33.623	25.636
Rural	1.114	1.380	3.074	3.377	3.570
Poder Público	1.666	1.963	3.228	2.906	2.594
Iluminação Pública	2.736	3.250	5.874	5.790	6.391
Serviço Público	1.512	1.987	4.270	3.639	3.763
Total	94.465	112.270	206.650	168.770	134.284
Variação	-11,90%	18,85%	84,07%	-18,33%	20,43%

A redução no consumo de energia foi maior no período 2016/2017 em função de consumidores industriais e comerciais que migraram para o mercado livre conforme demonstrado no quadro abaixo:

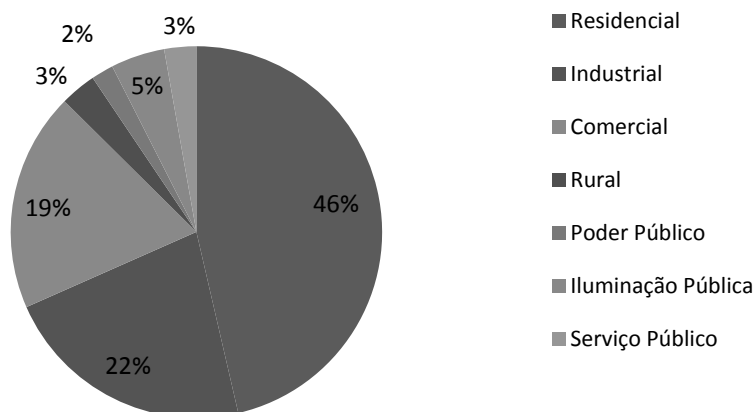
Disponibilização do Sistema de Distribuição – TUSD – Consumidores Livres - (R\$ mil)

Classes	2013	2014	2015	2016	2017
Industrial/Comercial	-	-	-	5.304	12.009
ICMS Substituição Tributária	-	-	-	2.001	6.999
Total	-	-	-	7.305	19.008

Receita líquida de energia vendida - A receita decorrente de energia elétrica no exercício, líquida de Icms e Cofins/Pasep/Pis, importou em R\$ 89.203 mil, conforme quadro a seguir:

Classes	2017	2016
Residencial	41.458	40.112
Industrial	19.680	41.142
Comercial	17.032	22.578
Rural	2.806	2.435
Poder Público	1.742	1.971
Iluminação Pública	4.198	3.842
Serviço Público	2.487	2.449
Total	89.203	114.529

Consumo por Classe de Consumidores - R\$



Tarifa Média

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em Dezembro de 2017, R\$ 455,03/MWh, representando nenhum crescimento em relação ao ano anterior.

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2016	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2017
Residencial	511,31	518,31
Industrial	436,05	404,82
Comercial	473,79	476,51
Rural	340,37	359,31
Poder Público	494,38	488,17
Iluminação Pública	279,90	301,49
Serviço Público	382,21	356,24
Tarifa Média	454,99	455,03

Indicadores Sociais Externos

Qualidade Técnica do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC são medidos no Conjunto Campo Largo (CL) e no Conjunto Distrito Industrial de Campo Largo (DCL):

	2013	2014	2015	2016	2017
DEC - Conjunto CL - valor apurado	9,73	9,09	7,71	8,00	6,19
DEC - Conjunto CL - limite	11,00	10,00	9,00	9,00	9,00
DEC - Conjunto DCL - valor apurado	8,44	11,92	10,74	11,61	12,36
DEC - Conjunto DCL - limite	13,00	12,00	11,00	10,00	10,00
FEC - Conjunto CL - valor apurado	12,46	6,72	5,57	7,35	6,53
FEC - Conjunto CL - limite	9,00	8,00	8,00	7,00	7,00
FEC - Conjunto DCL - valor apurado	7,47	8,81	8,42	9,07	9,09
FEC - Conjunto DCL - limite	10,00	9,00	9,00	8,00	8,00

O Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998 estipulou no Anexo II condições específicas para a prorrogação das concessões. O contrato estabeleceu metas de eficiência com relação a qualidade do serviço prestado considerando a frequência e a duração média de interrupções do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Os indicadores avaliados serão:

- **DECI** (Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por unidade consumidora), e
- **FECi** (Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por unidade consumidora).

A ANEEL estabeleceu limites máximos destes indicadores para os próximos 05 anos:

	DECI					FECi				
	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020
Metas	11,07	10,95	10,84	10,72	10,60	8,40	8,20	8,00	7,80	7,60
Realizado	8,64	8,54	-	-	-	7,50	7,46	-	-	-

Investimentos

Ao longo de 2017 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Investimentos	2017	2016
Obras de distribuição	3.442	3.886
Veículos	-	1.356
Outros investimentos	111	26
Total dos Investimentos	3.553	5.268

Origens dos Recursos	2017	2016
Recursos próprios	3.329	4.997
Clientes	224	271
Total dos Recursos	3.553	5.268

Sistema de Distribuição – 12/2017

	Urbano	Rural	Total
Redes de Distribuição – Baixa Tensão (Km)	606	140	746
Redes de Distribuição – Média Tensão (Km)	702	931	1.633
Postes – unidades	21.807	11.196	33.003
Transformadores – unidades	2.444	2.014	4.458
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	215.805	35.095	250.900

Programa “Luz Fraterna” - Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 17.639/2013, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o cartão “Bolsa Família” cadastrado e consumam no máximo 120 KWh por mês. Para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2017	2016
Nº de residências atendidas	1.284	1.375
Residências atendidas pelo Programa Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	3,95%	3,20%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	351	355
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,48%	0,59%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	351	355

Tarifa Social da Energia Elétrica - A Tarifa Social da Energia Elétrica é regulamentada pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 e pela Resolução Normativa ANEEL 414/2010. Proporciona descontos nas faturas de energia às famílias com baixa renda que atendam os critérios estabelecidos pela legislação e mantenham seus cadastros atualizados.

Tarifa Social da Energia Elétrica (Baixa Renda)	2017	2016
Número de residências atendidas	2.248	2.277
Residências atendidas pelo Programa c/relação ao total de consum. residenciais	5,2%	5,2%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	688	619
Faturamento da classe em relação ao total do faturamento residencial	0,9%	1,1%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa (R\$ mil)	602	555

PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

A COCEL finalizou em 2017 seu projeto-piloto para definição de metodologia para instalação de religadores monofásicos na rede de distribuição com o objetivo de reduzir o número e a frequência de interrupções no fornecimento de energia. O projeto faz parte do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e foi desenvolvido em parceria com o Instituto Lactec.

O projeto obteve resultados excelentes na redução de interrupções no fornecimento, e a COCEL é uma das pioneiras no uso desta tecnologia no país. No circuito onde foi realizado o projeto-piloto houve redução de cerca de 70% na duração das interrupções no fornecimento de energia e de 57% na frequência das interrupções. Proporcionou ainda a modernização do parque de equipamentos da rede e a atualização e treinamento da equipe.

A ANEEL exige que os projetos de P&D sejam originais, e no caso do projeto realizado pela Cocal além da originalidade a eficiência e aplicabilidade foram excepcionais. As equipes da Cocal e do Instituto Lactec realizaram um grande estudo para a instalação de religadores do modelo TripSaver na rede de distribuição. Estes religadores atuam na proteção dos ramais aéreos e são utilizados no lugar de chaves fusíveis, melhorando a confiabilidade do sistema e eliminando interrupções. Neste projeto-piloto foram instalados quinze religadores em seis pontos do Circuito Três Córregos, que atende a maior parte da área rural do município e tem mais de 600 km de extensão. Além de resultar na redução no número e na duração das interrupções, o projeto-piloto possibilitou ainda a identificação de falhas na rede como oscilações de tensão e interferências de um circuito em outro.

PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

No início de 2017 a COCEL finalizou a segunda etapa de substituição de geladeiras obsoletas e pouco eficientes por modelos novos e econômicos. Foram 360 geladeiras de famílias de baixa renda trocadas em 2017, totalizando 685 geladeiras trocadas desde o início do projeto em 2014. Mais de 9 mil lâmpadas também foram substituídas por modelos mais eficientes, sem nenhum custo para os consumidores. Ações educativas foram realizadas em conjunto com a troca dos equipamentos, tratando da importância do uso consciente da energia elétrica.

Este projeto realizado pela Companhia faz parte do Programa de Eficiência Energética (PEE), que segue a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A estimativa de economia com estas ações é de 1.440,44 MWh/ano (megawatts hora por ano), e 646,12 kW/ano (quilowatts hora por ano). Além da economia de energia, a redução no consumo e troca de equipamentos ainda proporciona mais conforto e mais segurança para as famílias. Todos os equipamentos recolhidos passam por processo de descontaminação e são reciclados.

Foi dado início a um novo PEE para troca da iluminação pública de todo o anel central do município por lâmpadas de led. O projeto foi apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que já deu sua aprovação. Esta melhoria trará mais economia, mais eficiência e mais qualidade às ruas de Campo Largo.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um Dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária.

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2017, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.700 mil, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

Para atender ao seu programa de Investimento foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 1.215 mil como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.

Indicadores Sociais Internos

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 122 colaboradores. Em 2016 eram 121 colaboradores, 118 em 2015, 117 em 2014 e 115 em 2013.

A COCEL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 1.398 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados. Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento). A COCEL mantém convênio para tratamentos odontológicos e com farmácias – que permite o reembolso ao funcionário de 50% dos valores gastos com medicamentos (desde que apresentada receita médica). A COCEL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos R\$ 31 mil. Ao longo do exercício, a Companhia investiu o equivalente a R\$ 21 mil em bolsas de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manter seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial.

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a Companhia contou em 2017 com 05 estagiários - estudantes que realizam sua complementação de ensino atuando nas diversas áreas da companhia. A COCEL possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando jovens em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 04 aprendizes desenvolveram atividades na Companhia.

Dimensão Econômica Financeira

Receita Operacional Bruta

Receita Operacional Bruta: A Receita de fornecimento de Energia Elétrica faturada e não faturada totalizou R\$ 136.006 mil em 2017 contra R\$ 168.401 mil em 2016, representando um decréscimo de -19,2%. Este decréscimo foi em função da migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre. Foram 9 consumidores das classes industrial e comercial que a partir de abril de 2016 passaram a adquirir energia em leilões, cabendo a cobrança somente da disponibilização do sistema de distribuição da Cotel. Em 2017 foi faturado o montante de R\$ 12.009 mil contra o valor de R\$ 4.939 mil desta cobrança de “fio”. Outro valor também de responsabilidade da Companhia, se refere ao ICMS Substituição Tributária incidente sobre a energia consumida destes Consumidores Livres junto aos seus fornecedores de energia. Em 2017 foi cobrado o valor de R\$ 6.999 mil e em 2016 o valor de R\$ 2.366 mil, recolhidos integralmente ao Estado do Paraná.

Ativos e Passivos financeiros setoriais: Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros – trata-se das variações positivas e negativas entre estimativas de custos não gerenciáveis e pagamentos efetivados ocorridos entre os processos tarifários contemplados. As variações serão apuradas e fiscalizadas pela Aneel para posterior compensação nos reajustes tarifários subsequentes.

Os valores registrados na conta **Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido** no valor de R\$ 5.931 mil, referem-se a valores de descontos incidentes sobre as tarifas e contemplados nos reajustes e revisões tarifárias da Aneel e que são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a título de Subsídio de Carga de Fonte Incentiva (consumidores livres), Subsídio sobre o serviço público de água, esgoto e saneamento e do Subsídio Rural de irrigação e eletrificação. Estes custeios são de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e está disposto nos termos do inciso VII, do artigo 13º da lei 10.438/2002 e Decreto nº 7891/2013. Também são registrados os valores recebidos de Subsídio Baixa Renda do Governo Federal.

Em **Outras Receitas**, temos os valores registrados de serviços prestados como Serviços cobráveis nas faturas, Compartilhamento de infraestrutura e de Prestação de serviços de manutenção da Iluminação Pública do Município totalizando R\$ 4.136 mil em 2017. A partir de Dezembro de 2014, foram transferidos para o Município, todos os ativos referentes ao sistema de Iluminação Pública conforme determinado pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, artigo 218. A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

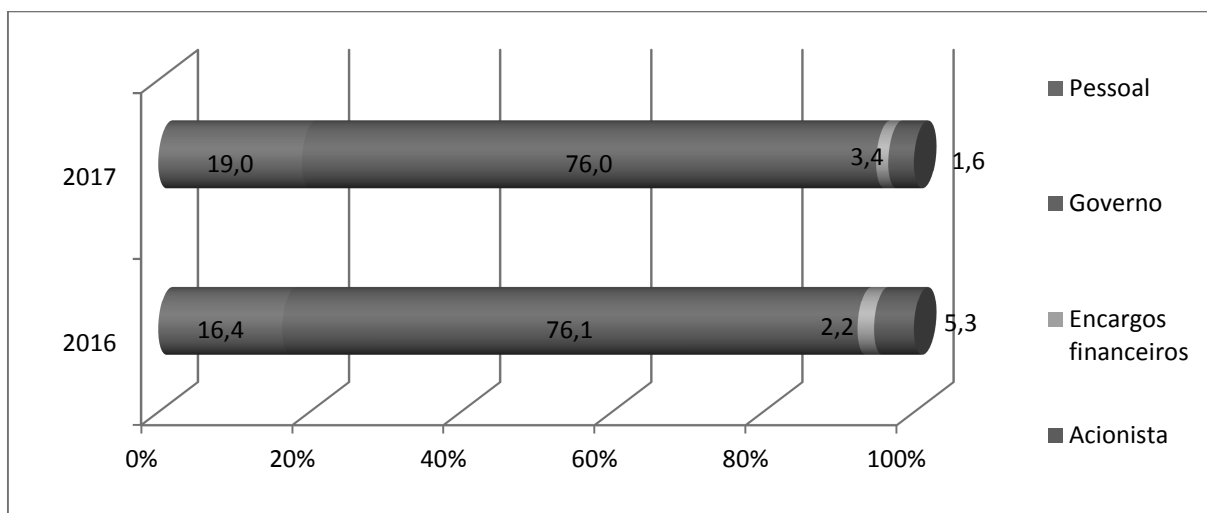
Receita Operacional Líquida: O resultado líquido após as deduções de encargos setoriais e impostos obteve um resultado de R\$ 84.669 mil em 2017, contra R\$ 107.609 mil em 2016. Um percentual de 52,7% em 2017 e de 55,07% em 2016, sobre a Receita Operacional Bruta.

Resultado antes dos Custos Gerenciáveis: Em 2017, o resultado após os custos com a aquisição de Energia Elétrica teve o valor de R\$ 26.924 mil e o percentual sobre a Receita Líquida Operacional de 31,80%. Em 2016 foi de R\$ 34.367 mil e o percentual de 31,9%.

Custos Gerenciáveis: Encerrou o exercício de 2017 com o montante de R\$ 24.603 mil e a variação de 29,1% sobre a Receita Líquida Operacional, enquanto em 2016, encerrou com o valor de R\$ 24.900 mil e a variação de 24,7% sobre a ROL. E com variação de 1,2% comparando 2017 com 2016.

Valor Adicionado: Em 2017, o valor adicionado líquido produzido como riqueza pela Companhia foi de R\$ 90.530 mil, representando 54,8% da Receita operacional bruta. Em 2016, foi de R\$ 102.533 mil o que representa 53,1% sobre a receita bruta.

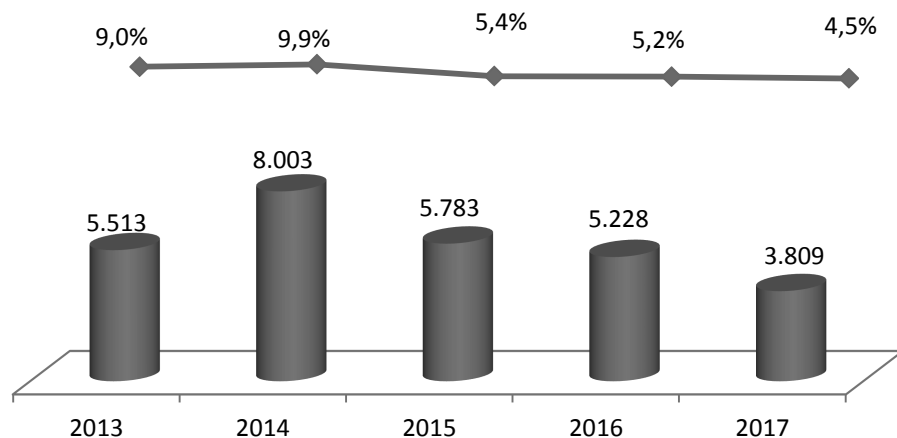
Distribuição do Valor Adicionado - %:



LAJIDA ou EBITDA: Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 4.630 mil e margem de 5,12% em 2017, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2017	2016
Resultado das Atividades	2.321	2.803
Depreciação e Amortização	1.488	2.425
Lajida/Ebitda	3.809	5.228
Receita Operacional Líquida	84.669	100.946
Margem do Ebitda - % (Ebitda / ROL)	4,5%	5,2%

O gráfico abaixo apresenta os valores em R\$ (mil) da margem do Ebitda/Lajida, juntamente com o percentual sobre a Receita Operacional Líquida.



AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2017.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2017.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Carlos Conrado Krzyzanovski
Diretor Técnico

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/Financeiro

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Balço Patrimonial dos exercícos encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

ATIVO	2017	2016
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.375	5.679
Consumidores	17.143	13.831
Serviços em Curso	752	1.446
Tributos Compensáveis	292	469
Almoxarifado Operacional	1.192	1.143
Despesas Pagas Antecipadamente	157	30
Ativos Regulatórios	6.203	11.375
Subsídios Tarifários e Redução Tarifária Equilibrada	2.089	1.125
Outros Ativos Circulantes	3.594	2.128
	36.797	37.226
Não Circulante		
Tributos Compensáveis	368	534
Depósitos judiciais e cauções	109	-
Investimentos temporários	195	195
Ativos Financeiros Setoriais	-	1.705
Outros Ativos Não Circulantes	-	-
	672	2.434
Investimentos	-	-
Imobilizado em Serviço	52.971	54.583
Imobilizado em Curso	4.876	3.946
Intangível em Serviço	55	207
	57.902	58.736
	58.574	61.170
Total do Ativo	95.371	98.396

Balanço Patrimonial dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

PASSIVO	2017	2016
Circulante		
Fornecedores	8.810	6.452
Empréstimos, financiamentos e debentures	2.313	1.953
Obrigações sociais e trabalhistas	2.397	2.293
Tributos	4.017	2.520
Provisão para litígios	3	-
Dividendos e juros sobre o Capital Próprio	999	895
Encargos setoriais	8.110	7.588
Passivos regulatórios	1.832	8.095
Outros Passivos Circulantes	1.150	1.131
	29.631	30.927
Não Circulante		
Empréstimos, financiamentos e debentures	1.894	1.657
Passivos financeiros setoriais	1.732	1.705
Obrigações especiais	28.026	29.843
	31.652	33.205
Patrimônio Líquido		
Capital Social	42.000	39.000
Reservas de Capital	9.515	11.124
Reserva de Reavaliação e Ajustes Patrimoniais	(17.427)	(15.860)
	34.088	34.264
Total do Passivo	95.371	98.396

Demonstrativo de Resultado dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	2017	2016
Receita Operacional		Reclassificado
Fornecimento de Energia Elétrica	136.006	168.401
Disponibilização dos Sistema de Distribuição	19.008	7.305
Ativos e Passivos Regulatórios	528	4.260
Doações, Contrib.Subvenções Vinculadas ao Serv.Concedido	5.931	5.212
Transferência da Ultrapassagem de demanda e reativos	(821)	(750)
Outras Receitas	5.309	4.311
	165.961	188.739
Deduções da Receita Operacional		
Tributos		
ICMS	(47.916)	(49.747)
Cofins/Pasep s/Vendas	(14.349)	(16.787)
Encargos Parcela "A"		
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(7.783)	(10.120)
CDE - Conta ACR	(6.181)	(7.311)
TFSEE - Taxa de Fiscalização	(110)	(116)
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficiência Energética	(875)	(869)
Conta Centralizadora dos Rec.das Bandeiras Tarif.	(4.078)	(2.843)
	(81.292)	(87.793)
Receita Operacional Líquida	84.669	100.946
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		
Energia elétrica comprada para revenda	(46.310)	(65.744)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(11.435)	(7.498)
	(57.745)	(73.242)
Resultado antes dos Custos gerenciáveis	26.924	27.704
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		
Pessoal e Administradores	(15.364)	(14.182)
Material	(1.300)	(1.476)
Serviço de Terceiros	(5.348)	(5.578)
Arrendamento e alugueis	(235)	(218)
Seguros	(71)	(52)
Doações, Contribuições e Subvenções	(98)	(6)
Provisões	462	(203)
(-) Recuperação de despesas	155	86
Tributos	(93)	(87)
Depreciação e amortização	(1.488)	(2.425)
Gastos diversos	(1.223)	(760)
	(24.603)	(24.901)
Resultado da Atividade de Concessão	2.321	2.803
Resultado Financeiro		
Despesas financeiras	(3.313)	(3.951)
Receitas financeiras	3.631	5.035
	318	1.084
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	2.639	3.887
Imposto de renda PJ/Contribuição Social s/Lucro Líquido	(642)	(1.099)
Participações nos Lucros	(606)	(665)
Reversão dos juros s/Capital Próprio	1.700	1.700
Lucro Líquido do Exercício	3.091	3.823

Demonstrativo de Fluxo de Caixa encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	2017	2016
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	3.091	3.823
Despesas/Receitas que não afetam o Caixa:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	768	230
Depreciação e Amortização de investimentos	2.226	3.247
Baixas do imobilizado em serviço	462	428
Variação VNR no imobilizado	1.566	(7.492)
Transf.VNR Patrimônio líquido	-	(13.842)
Provisão no Passivo Circulante	3	(27)
Provisão no Passivo Não Circulante	-	-
	8.116	(13.633)
Variações no Ativo Circulante		
Consumidores e Revendedores	(4.080)	10.600
Serviços em curso	694	(552)
Tributos compensáveis	177	(245)
Almoxarifado operacional	(48)	165
Ativos regulatórios - Parcela "A" - Cva	5.172	(3.355)
Despesas pagas antecipadamente	(128)	(4)
Subsídios tarifários e Redução da tarifa equilibrada	(1.101)	498
Outros ativos circulantes	(1.329)	(1.567)
	(643)	5.540
Variação no Passivo Circulante		
Fornecedores	2.358	(5.078)
Obrigações sociais e trabalhistas	104	308
Tributos e contribuições sociais	1.497	(1.779)
Dividendos declarados e Juros s/Capital próprio	104	(806)
Encargos setoriais	522	385
Passivos regulatórios - Parcela "A" - Cva	(6.263)	944
Outros passivos circulantes	19	420
	(1.659)	(5.606)
Aplicações no Ativo Não Circulante		
Tributos compensáveis	166	(219)
Depósitos judiciais e cauções	(109)	-
Ativo financeiro Resolução nº 243/06	1.705	1.970
Outros ativos não circulantes	-	280
	1.762	2.031
Aplicações no Passivo Não Circulante		
Passivo financeiro Resolução nº 243/06	(1.705)	(1.970)
Devoluções tarifárias	1.732	-
	27	(1.970)
Total das atividades operacionais	7.603	(13.638)
Aplicações no imobilizado	(6.054)	(5.268)
Contribuição do consumidor	-	323
Variação VNR em Obrigações Especiais	-	21.334
Depreciação/Amortização - Obrigações especiais	-	(274)
Transferência Ultrapassagem demanda e reativos	(750)	750
Participações societárias	-	5
	(6.804)	16.870
Atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	2.700	-
Amortização de empréstimos	(2.103)	(2.004)
Juros sobre financiamentos	-	26
Juros sobre o capital próprio	(1.700)	(1.700)
	(1.103)	(3.678)
Total de efeitos no caixa		
Saldo inicial do caixa	5.678	6.124
Saldo final do caixa	5.374	5.678
Variação no caixa	(304)	(446)

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercício encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Recusos destinados a Aumento de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	38.000	2.477	(2.018)	7.524	-	-	45.983
Aumento de Capital conforme 120ª AGE e 49ª AGO de 02/05/2016							
- Com Reservas	1.000		-	(1.000)			-
- Com Lucros acumulados							
Reserva de Reavaliação			(13.842)				(13.842)
Lucro líquido de exercício					3.823		3.823
Destinação do Lucro proposta a AGO							
- Reserva legal		270			(270)		-
- Reserva de retenção de lucro				1.853	(1.853)		-
Juros s/Capital Próprio					(1.700)		(1.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	39.000	2.747	(15.860)	8.377	-	-	34.264
Aumento de Capital conforme 126ª AGE e 50ª AGO de 31/03/2017							
- Com Reservas	3.000		-	(3.000)			-
- Com Lucros acumulados							
Reserva de Reavaliação			(1.567)				(1.567)
Lucro líquido de exercício					3.091		3.091
Destinação do Lucro proposta a AGO							
- Reserva legal		153			(153)		-
- Reserva de retenção de lucro				1.238	(1.238)		-
Juros s/Capital Próprio					(1.700)		(1.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	42.000	2.900	(17.427)	6.615	-	-	34.088

Companhia Campolarguense de Energia - Cocal
CNPJ: 75.805.895/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionada acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou

posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

Demonstração dos Resultados Abrangentes - Em nossas demonstrações contábeis, a Cotel não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

Ativos e passivos regulatórios – Contas de compensação de variação dos itens da “Parcela A” – CVA, são despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente. São valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do Contrato de Concessão, que tem por objetivo, assegurar o equilíbrio financeiro econômico da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto básico da competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos tarifários.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2017. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2017 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL e foi registrada de acordo com os montantes homologados pela ANEEL conforme Resolução Homologatória nº 2104 de 28 de Junho de 2016.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se o cálculo através da média histórica dos três últimos meses de faturamento. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

A composição das Contas a Receber estão apresentadas como segue:

DESCRIÇÃO - R\$ MIL	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	12.545	-	4.154	132	99	691	(767)	85	100	67	37	-	17.143	13.831
- Residencial	2.691	-	2.301	44	51	222	(314)	46	54	38	16	-	5.149	3.924
- Industrial	744	-	1.016	1	1	194	(193)	18	21	15	7	-	1.824	1.391
- Comercial	1.233	-	541	8	5	177	(182)	17	23	14	8	-	1.844	1.343
- Rural	137	-	61	71	37	3	(2)	4	2	-	6	-	319	193
- Poderes Públicos	220	-	8	-	-	58	-	-	-	-	-	-	286	253
- Iluminação Pública	589	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	589	457
- Serviço Público	314	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	319	268
- Serviço Taxado	122	-	80	3	2	12	(76)	-	-	-	-	-	143	160
- Outras cobranças	214	-	142	5	3	25	-	-	-	-	-	-	389	1.283
- Fornecimento Não Faturado	6.281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.281	4.559
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.545	-	4.154	132	99	691	(767)	85	100	67	37	-	17.143	13.831

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados e está em conformidade com as Instruções da ANEEL a seguir resumidas:

- Clientes com débitos relevantes (grandes clientes): análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Para os demais casos: (a) Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias; (b) consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias e (c) consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

5. Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre-ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obriga-ções Especiais Brutas	Amorti-zação Acum.	Obriga-ções Especiais Líquidas
Distribuição	118.507	3.478	(2.263)	-	(1.204)	118.518	1.215	(67.220)	51.298	52.846	(28.702)	2.122	(26.580)
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	117.082	3.442	(2.214)	-	(1.197)	117.113	1.228	(66.978)	50.135	51.522	(28.702)	2.122	(26.580)
Veículos	1.425	36	(49)	-	(7)	1.405	(13)	(242)	1.163	1.324	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	5.449	71	(52)	-	-	5.468	19	(3.876)	1.592	1.645	-	-	-
Terrenos	1.074	-	-	-	-	1.074	-	-	1.074	1.073	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.152	-	-	-	-	2.152	-	(2.019)	133	152	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.222	25	(40)	-	-	1.207	(15)	(1.042)	165	200	-	-	-
Veículos	75	-	-	-	-	75	-	(68)	7	11	-	-	-
Móveis e Utensílios	926	46	(12)	-	-	960	34	(747)	213	209	-	-	-
Comercialização	113	4	-	-	-	117	4	(36)	81	92	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	102	-	-	-	-	102	-	(34)	68	82	-	-	-
Móveis e Utensílios	11	4	-	-	-	15	4	(2)	13	10	-	-	-
Subtotal	124.069	3.553	(2.315)	-	(1.204)	124.103	1.238	(71.132)	52.971	54.583	(28.702)	2.122	(26.580)

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre-ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obriga-ções Especiais Brutas	Amorti-zação Acum.	Obriga-ções Especiais Líquidas
Distribuição	3.942	4.412	-	(3.478)	-	4.876	934	-	4.876	3.942	(3.264)	-	(3.264)
Máquinas e Equipamentos	3.942	3.388	-	(3.442)	-	3.888	(54)	-	3.888	3.942	(3.264)	-	(3.264)
Outros	-	1.024	-	(36)	-	988	988	-	988	-	-	-	-
Administração	4	21	-	(25)	-	-	(4)	4	-	4	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	4	21	-	(25)	-	-	(4)	4	-	4	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	3.946	4.433	-	(3.503)	-	4.876	930	4	4.876	3.946	(3.264)	-	(3.264)
Total do Ativo Imobilizado	128.015	7.986	(2.315)	(3.503)	(1.204)	128.979	2.168	(71.128)	57.847	58.529	(31.966)	2.122	(29.844)

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	146	-	-	-	-	146	-	(146)	-	5
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	146	-	-	-	-	146	-	(146)	-	5
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	1.892	-	(376)	-	(187)	1.329	(376)	(1.288)	41	202
Softw ares	1.892	-	(376)	-	(187)	1.329	(376)	(1.288)	41	202
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.038	-	(376)	-	(187)	1.475	(376)	(1.434)	41	207
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	2.038	-	(376)	-	(187)	1.475	(376)	(1.434)	41	207

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	117.030	3.442	(2.214)	-	(1.196)	117.062	1.228
Transformador de Distribuição	23.111	920	(447)	-	(242)	23.342	473
Medidor	14.173	531	(362)	-	(196)	14.146	169
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	46.479	1.480	(243)	-	(278)	47.438	1.237
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	21.263	511	(307)	-	(17)	21.450	204
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	7.671	-	-	-	-	7.671	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	4.333	-	(855)	-	(463)	3.015	(855)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	31.711	176	(750)	-	-	31.137	(574)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	28.702	176	-	-	-	28.878	176
Outros	3.009	-	(750)	-	-	2.259	(750)
Originadas da Receita	3.009	-	(750)	-	-	2.259	(750)
Ultrapassagem de demanda	2.019	-	(407)	-	-	1.612	(407)
Excedente de reativos	990	-	(343)	-	-	647	(343)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017			2016
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição		118.518	(67.220)	51.298	52.845
Custo Histórico	4,01%	80.097	(31.809)	48.288	48.398
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		38.421	(35.411)	3.010	4.447
Administração		5.468	(3.877)	1.591	1.646
Custo Histórico	5,20%	2.732	(2.036)	696	736
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		2.736	(1.841)	895	910
Comercialização		117	(36)	81	92
Custo Histórico	4,71%	104	(32)	72	81
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		13	(4)	9	11
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		124.103	(71.133)	52.970	54.583
Em Curso - R\$ Mil					
Distribuição		4.876	-	4.876	3.942
Administração		-	-	-	4
Comercialização		-	-	-	-
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
		4.876	-	4.876	3.946
		128.979	(71.133)	57.846	58.529

A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	2017						
	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.629	895	408	-	-	-	3.932
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.092	-	-	-	-	-	1.092
Total das Adições	3.721	895	408	-	-	-	5.024

Nota: A Cocel não executou nenhuma reavaliação de elementos de ativos imobilizados, nas contas do imobilizado em curso.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11/08/2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação %
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição	6,67%
Condutores	3,57%
Estrutura do sistema (postes)	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Transformador	4,00%
Administração	
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Equipamento de Informática	16,67%
Veículos	14,29%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de junho de 2016 a maio de 2017, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último processo tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em 01 de junho de 2017, logo após o final da vigência da RTP, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTP continuou em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

ii) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	7.903	2.820	(7.827)	119	-	3.015	2.180	1.757	3.937	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	6.625	2.354	(6.285)	116	-	2.810	1.053	1.757	2.810	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	151	-	(151)	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	1.127	466	(1.391)	3	-	205	1.127	-	1.127	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	3.472	2.335	(2.789)	170	-	3.188	1.919	68	1.987	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	3.472	1.134	(2.789)	170	-	1.987	1.919	68	1.987	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	1.201	-	-	-	1.201	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	11.375	5.155	(10.616)	289	-	6.203	4.099	1.825	5.924	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(1.587)	(2.149)	1.965	(61)	-	(1.832)	(1.056)	(776)	(1.832)	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	(543)	-	543	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	(21)	(101)	71	(4)	-	(55)	(55)	-	(55)	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	(1.023)	(2.048)	1.351	(57)	-	(1.777)	(1.001)	(776)	(1.777)	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(6.507)	-	6.507	-	-	-	-	-	-	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias - bandeiras	(3.814)	-	3.814	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(2.693)	-	2.693	-	-	-	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(8.094)	(2.149)	8.472	(61)	-	(1.832)	(1.056)	(776)	(1.832)	-

7. Empréstimos e Financiamentos

A Cocel possui os seguintes empréstimos e financiamentos:

	2017		2016	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Eletrobrás	162	244	260	407
Caixa Econômica Federal	2.150	1.650	1.693	1.250
Total	2.312	1.894	1.953	1.657

Empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal, em 14/09/2015, no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a serem pagos em 36 parcelas. Vencimento em setembro/2018. Tipo de operação: CDI – Pós.

Efetuada empréstimo em 27/10/2017 no valor de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil), a serem pagos em 36 parcelas. Tipo de operação: CDI – Pós.

7.1 Abertura dos Ativos Financeiros:

Tab 28					
INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?
Ativos Financeiros	-	5.375	-	5.375	
Caixa e Aplicações Financeiras	-	5.375	-	5.375	SIM
Saldo Final de Caixa - Conta 1101		2.795		2.795	
Aplic. Financ. CDB				-	
Aplic. Financ. Fundos DI				-	
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.		2.580		2.580	
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01				-	
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02				-	
Mútuos Ativos	-	-	-	-	
Mútuo 01				-	
Mútuo 02				-	

7.2 Composição do Endividamento e Dívida Líquida

LIN	RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
11	(+) Dívida Bruta	-	2.312	1.894	4.206	8.412
11.1	Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	2.312	1.894	4.206	8.412
11.3	Tributária	-	-	-	-	-
11.4	Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
11.5	Intra-setoriais	-	-	-	-	-
11.6	Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
11.7	Diversos	-	-	-	-	-
11.8	Intra-setoriais Corrente em Atraso				-	-
11.9	Tributária Corrente em Atraso				-	-
12	(-) Ativos Financeiros	-	(5.375)	-	(5.375)	(10.750)
12.1	Alta Liquidez		(5.375)		(5.375)	(10.750)
12.2	Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
12.3	Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
13	(+) Dívida Líquida I	-	(3.063)	1.894	(1.169)	(2.338)
14	(+/-) Derivativos / Fair Value		-		-	-
15	(+) Dívida Líquida II	-	(3.063)	1.894	(1.169)	(2.338)

7.3 Abertura dos Instrumentos Derivativos:

A Cotel não possui instrumentos derivativos.

8. Provisões para Litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, análise das demandas judiciais, constituíram provisões para 2017 consideradas como “prováveis”.

Descrição	2017		2016	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	-	-	-	-
Cíveis	3	-	-	-
Total	3	-	-	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui processos cíveis que tramitam em juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como “possíveis” os valores somam aproximadamente R\$ 261.269,66. Nas ações que tramitam em varas cíveis considerados como “possíveis”, a Cotel conta com 34 processos com reclamações como danos materiais na maioria, temos o valor somatório aproximado de R\$ 476,692,24.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento, entre outros. Considerado como risco “possível” a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 40.000,00.

9. Obrigações Vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		(9.802)	-	(21.334)	(31.136)
Participação da União, Estados e Municípios	4,42%	(118)	-	-	(118)
Participação Financeira do Consumidor	4,39%	(4.937)	-	(21.334)	(26.271)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,06%	(118)	-	-	(118)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	4,42%	(2.370)	-	-	(2.370)
Outros		(2.259)	-	-	(2.259)
Ultrapassagem de demanda	2,71%	(1.612)	-	-	(1.612)
Excedente de reativos	2,71%	(647)	-	-	(647)
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		2.452	-	1.004	3.456
Participação da União, Estados e Municípios	0,00%	16	-	-	16
Participação Financeira do Consumidor	0,00%	1.895	-	943	2.838
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00%	4	-	-	4
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,00%	537	-	-	537
Outros		-	-	61	61
Ultrapassagem de demanda	0,00%	-	-	44	44
Excedente de reativos	0,00%	-	-	17	17
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Total	3,73%	(7.350)	-	(20.330)	(27.680)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Saldo Inicial em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Saldo Final em 31/12/2017
Em curso	(255)	(326)	-	235	-	(346)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(113)	(102)	-	11	-	(204)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	(142)	(224)	-	224	-	(142)
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-
Outros	(3.009)	-	3.009	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	(1.082)	-	1.082	-	-	-
Excedente de reativos	(1.927)	-	1.927	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	(3.264)	(326)	3.009	235	-	(346)

Evolução e Projetos de Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2017				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AIS Bruto ¹	6.341	3.079	3.553	3.562	3.694	3.831	3.973	4.120
Transformador de Distribuição	961	857	920	952	987	1.024	1.062	1.101
Medidor	958	331	531	550	570	591	613	636
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.395	1.398	1.367	1.415	1.467	1.521	1.578	1.636
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	637	493	624	646	670	695	720	747
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	2.266	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	124	-	111	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	1.436	220	2.434	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	1.436	220	175	-	-	-	-	-
Outros	-	-	2.259	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	2.259	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	-	-	1.612	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	-	-	647	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2017R	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos 2017	3.553	3.562	3.694	3.831	3.973	4.120

R\$ Mil	2017P	2018R	2019R	2020R	2021R
Plano de Investimentos 2016	3.500	2.792	2.792	2.792	2.792

Diferença	1,5%	27,6%	32,3%	37,2%	42,3%
------------------	-------------	--------------	--------------	--------------	--------------

10. Patrimônio Líquido

Capital Social

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2017	2016
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Reserva de Capital

A reserva de capital é formada basicamente pela remuneração do capital próprio aplicado em imobilização em curso e em bens para uso futuro nos serviços concedidos.

Reserva de Lucros

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

11. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecimento - Faturado	49.442	49.038	196.173	251.842	134.284	168.770
Residencial	43.654	43.303	79.982	78.448	62.490	59.812
Industrial	420	485	48.612	94.352	29.840	59.623
Comercial	3.257	3.142	35.736	47.654	25.636	33.623
Rural	1.822	1.817	7.253	7.155	3.570	3.377
Poder público	218	217	3.569	3.986	2.594	2.906
Iluminação pública	1	1	13.924	13.728	6.391	5.790
Serviço público	67	71	6.980	6.407	3.763	3.639
Consumo próprio	3	2	117	112	-	-
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	9	9	117.150	47.269	19.008	7.305
Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Consumidores Livres	9	9	117.150	47.269	19.008	7.305
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	(822)	(750)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(312)	(165)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(510)	(585)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					1.722	(369)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	528	5.087
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	-	-
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	5.309	4.311
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	5.931	5.212
Total	49.451	49.047	313.323	299.111	165.960	189.566

12. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2017	2016
Pessoal	14.598	13.278
Remuneração	9.387	8.530
Encargos	3.687	3.172
Previdência privada	49	36
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	778	687
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	556	666
(-) Transferência p/ordens em curso	(1.318)	(1.182)
Outros	1.459	1.369
Administradores	1.372	1.570
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.344	1.529
Benefícios dos administradores	28	41
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	15.970	14.848

13. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	2.617	5.464
Efeitos sobre:		
Participação nos resultados	(556)	(591)
Juros sobre o Capital próprio	-	-
Provisões	56	-
Reversão das provisões	-	(27)
Reversão da CVA provisionada	-	(1.582)
Outras adições	-	-
Outras exclusões	-	-
	2.117	3.264
Provisão do Imposto de renda e contribuição social	642	1.099
	30,3 %	33,7 %

Nota: A Cocol adota o resultado societário para cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

14. Revisão e Reajuste Tarifário

Revisão Tarifária

A revisão tarifária está estabelecida no contrato de concessão e é realizada a cada quatro anos. São analisadas todas as receitas e despesas e também efetuada a reavaliação dos ativos necessários para a prestação dos serviços de energia elétrica. Após estas análises são definidas as novas tarifas.

14.1 Revisão Extraordinária – Janeiro/2013

Resolução Homologatória nº 1.465, De 24 De Janeiro de 2013.

As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam a revisão tarifária extraordinária e os componentes financeiros pertinentes definidos no processo nº 48500.005370/2011– 90 estarão em vigor no período de 24 de janeiro de 2013 a 23 de junho de 2013.

Conforme Nota Técnica 15/2013-SER/ANEEL, os resultados obtidos da revisão extraordinária atingiram uma redução de 18,41% para a Cocel.

A partir do mês de fevereiro, a Cocel ficou isenta de pagamento da quota anual da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

14.2 Reajuste tarifário anual – 2013/2014

Resolução Homologatória nº 1.566, De 9 De Julho de 2013.

As tarifas da base econômica da Cocel, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.465, de 24 de janeiro de 2013, ficam, em média, reajustadas em 2,32% (dois vírgula trinta e dois por cento), sendo 8,01% (oito vírgula zero um por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -5,69% (cinco vírgula sessenta e nove por cento negativos) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

14.3 Reajuste tarifário anual – 2014/2015

Resolução Homologatória nº 1764, De 22 de Julho de 2014.

Por proposição da Cocel, ficou autorizado pela Aneel, em caráter excepcional, o diferimento parcial do reajuste o valor de R\$ 1.906.834,08 a ser considerado como componente financeiro no cálculo dos próximos processos tarifários.

Em decorrência do diferimento, o índice de reajuste tarifário anual médio ficou em 20,45%, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores em relação as tarifas vigentes de 27,27%.

14.4 Revisão tarifária Extraordinária

Resolução Homologatória nº 1858, de 27 de fevereiro de 2015.

Homologa os resultados da revisão tarifária extraordinária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, fixa as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs.

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, ficam, em média, reajustadas em 19,86% (dezenove vírgula oitenta e seis por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

14.5 Revisão tarifária Extraordinária

Foi homologado o resultado da quarta Revisão Periódica – RTP através da Resolução Homologatória nº 2.104 de 28 de Junho de 2016, com o reposicionamento tarifário com financeiros de -14,40% (quatorze vírgula quarenta por cento negativo), sendo -15,52% (quinze vírgula cinquenta e dois por cento negativo) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 1,12% (um vírgula doze por cento) relativo aos componentes financeiros.

14.6 Reajuste tarifário anual – 2015/2016

Resolução Homologatória nº 1898, De 16 de Junho de 2015.

Foi homologado o Índice de Reajuste Tarifário Anual - IRT de 55,18% (cinquenta e cinco vírgula dezoito por cento), sendo 51,78% (cinquenta e um vírgula setenta e oito por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 3,40% (três vírgula quarenta por cento) relativos aos componentes financeiros.

14.7 Reajuste tarifário anual – 2017/2018

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2256 de 20/06/2017.

As tarifas da base econômica da Cotel, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 2.104, de 28 de junho de 2016, ficam em média, reajustadas em 13,34% (treze, vírgula trinta e quatro por cento), sendo 8,12% (oito vírgula doze por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 5,22% (cinco vírgula vinte e dois por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

15. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no quarto ciclo de revisão tarifária (4CRTP) deve ser “blindada”. Entendem-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-bases do terceiro ciclo e da atual revisão tarifária, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do terceiro ciclo e da atual revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da atual revisão tarifária;
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária;

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

As tabelas a seguir resumem o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	114.189.464
(2) Índice de Aproveitamento Integral	4.048.868
(3) Obrigações Especiais Bruta	27.102.362
(4) Bens Totalmente Depreciados	25.708.742
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	57.329.492
(6) Depreciação Acumulada	65.510.738
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	48.678.726
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	1.984.408
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	46.694.318
(10) Almoxarifado em Operação	732.003
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	21.334.050
(13) Terrenos e Servidões	151.407
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	26.243.678
(15) Saldo RGR PLPT	962.045
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,01%
(18) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (17)	2.297.590
(19) Remuneração de Obrigações Especiais	580.189
(20) Remuneração do Capital	3.686.740

16. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	13.873.881
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	6.243.246
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	1.664.866
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	5.965.769
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	702.877
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	339.894
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	1.491.318
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	2.534.090

16.1. Ajuste da parcela “B” em função do índice de ajuste de mercado e do mecanismo de incentivo à melhoria da qualidade

Ao Custo de Administração, Operação e Manutenção - CAOM e ao Custo Anual dos Ativos - CAA é aplicado um fator de ajuste de mercado e um mecanismo de incentivo à qualidade.

O índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, considera os ganhos potenciais de produtividade entre o ano anterior à revisão tarifária, período de referência, e o

período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes, que são os doze meses posteriores à revisão.

O valor do Fator de Ajuste de Mercado (P_m) a ser aplicado na revisão tarifária periódica de cada concessionária no ajuste do Valor da Parcela B é definido a partir da produtividade média do setor de distribuição e do crescimento médio do mercado faturado e do número de unidades consumidoras da concessionária entre a atual revisão tarifária e a do 3CRTP.

O Fator de Ajuste de Mercado calculado para aplicação na atual revisão tarifária é de **1,12%**.

Para o cálculo do Mecanismo de Incentivo à Qualidade, é considerada a mesma metodologia de cálculo do Componente Q do Fator X.

Na aferição do nível de qualidade do serviço prestado são considerados os indicadores Duração Equivalente de Interrupção (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção (FEC). O mecanismo busca incentivar a melhoria contínua dos indicadores, além de observar o desempenho relativo entre as distribuidoras.

O valor do ajuste da Parcela B em função do mecanismo de incentivo à melhoria da qualidade depende do desempenho relativo das distribuidoras. Para definição do **Indicador de Qualidade do Serviço** de cada distribuidora são comparados, a cada ano civil, os indicadores apurados DEC e FEC, contra os limites definidos pela ANEEL.

A tabela a seguir resume o cálculo da Parcela B ajustada da revisão tarifária da concessionária.

Descrição	Valores
Custo de Administração, Operação e Manutenção (CAOM)	18.125.541
Custos Operacionais (CO)	18.060.728
Receitas Irrecuperáveis - Encargos Setoriais (Vi)	7.138
Demais Receitas Irrecuperáveis (Vse)	57.675
Custo Anual dos Ativos (CAA)	8.518.420
Remuneração do Capital (RC)	3.686.740
Quota de Reintegração Regulatória (QRR)	2.297.590
Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI)	2.534.090
Parcela B (VPB)	26.643.961
Índice de Produtividade da Parcela B	1,23%
Mecanismo de Incentivo à Qualidade	-0.18%
Parcela B com ajustes	26.361.874

16.2 Resultado da Revisão Tarifária

Em 28 de Junho de 2016, conforme a Resolução Homologatória nº 2.104/2016 - ANEEL, ocorreu a quarta Revisão Tarifária Periódica quando as tarifas foram reajustadas em média -14,40% (negativos), decorrente do Reposicionamento Tarifário - RT econômico de -15,52% (negativos) da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário, de 1,12%, e da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

Resumo da Revisão

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da COCEL é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribuiu para o reposicionamento tarifário apresentado:

	Varição	Participação na Revisão	Participação na Receita
PARCELA A (Encargos + Transmissão + Energia)	-18,38%	-15,09%	79,32%
Encargos Setoriais	-18,56%	-3,46%	17,96%
Taxa de Fiscalização de Serviços de E.E - TFSEE	-5,33%	0,00%	0,09%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-36,99%	-4,21%	8,48%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (Decr.7945/1	11,99%	0,00%	0,04%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (Conta ACR)	7,10%	0,35%	6,30%
PROINFA	38,62%	0,51%	2,18%
P&D, Efic.Energética e Ressarc.ICMS Sist.isol.	-13,99%	-0,12%	0,85%
Custos de Transmissão	7,99%	0,44%	6,97%
Uso do sistema de distribuição	7,99%	0,44%	6,97%
Custos de Aquisição de Energia	20,81%	-12,07%	54,39%
PARCELA B	-2,36%	-0,42%	20,68%
Custos Operacionais	-2,59%	-0,34%	15,05%
Anuidades	16,11%	0,25%	2,11%
Remuneração	32,93%	0,64%	3,07%
Depreciação	-11,08%	-0,20%	1,91%
Receitas Irrecuperáveis	-40,38%	-0,03%	0,05%
Outras Receitas	136,54%	-0,74%	-1,52%
RT considerado a variação da RTE		-15,52%	100,00%
Efeito dos Componentes Financeiros do Processo A			1,12%
CVA em Processamento - Encargos Setoriais - Líquido do financeiro RTE			0,47%
CVA em Processamento - Energia comprada - Líquido do f			-0,61%
Saldo a Compensar CVA - Ano Anterior + Ajustes			-1,10%
Neutralidade dos Encargos			0,19%
Ajuste Financeiro Suprida x Supridora - Res.243/2003 (Componente TUSD)			-2,34%
Ajuste Financeiro Suprida x Supridora - Res.243/2003 (Componente TE)			4,64%
Repasse de compensação DIC/FIC			-0,01%
Conselho de Consumidores			-0,04%
Reversão de Financeiros por Postergação - Componente TE			-0,04%
Reversão de Financeiros por Postergação - Componente TUSD			-0,03%
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anter			-1,91%
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores			-16,30%

O reposicionamento tarifário da COCEL é de -15,52%, considerando o efeito da RTE, sendo o efeito médio percebido pelo consumidor de -16,30%. O efeito consolidado por nível de tensão pode ser observado na tabela a seguir:

Grupo de Consumo	-16,30%
AT - Alta Tensão (> 2,3 kV)	-22,26%
BT - Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-8,90%
Efeito Médio AT + BT	-16,30%

17. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanço Patrimonial dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	2017			2016		
	Regulatório 31/12/2017	Ajustes	Societário 31/12/2017	Regulatório 31/12/2016	Ajustes	Societário 31/12/2016
ATIVO						
Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.375	-	5.375	5.679	-	5.679
Consumidores, concessionários e Permissionários	17.143	-	17.143	13.831	-	13.831
Serviços em Curso	752	-	752	1.446	-	1.446
Tributos Compensáveis	292	-	292	469	-	469
Almoxarifado Operacional	1.192	-	1.192	1.143	-	1.143
Despesas Pagas Antecipadamente	157	-	157	30	-	30
Ativos Regulatórios	6.203	-	6.203	11.375	-	11.375
Subsídios Tarifários e Redução Tarifária Equilibrada	2.089	-	2.089	1.125	-	1.125
Outros Ativos Circulantes	3.594	-	3.594	2.128	-	2.128
	36.797	-	36.797	37.226	-	37.226
Não Circulante						
Tributos Compensáveis	368	-	368	534	-	534
Depósitos judiciais	109	-	109	-	-	-
Investimentos temporários	195	-	195	195	-	195
Ativos Financeiros Setoriais	-	-	-	1.705	-	1.705
Ativo financeiro indenizável (Nota 17.1)	-	(530)	530	-	(520)	520
	672	(530)	1.202	2.434	(520)	2.954
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em Serviço	52.971	52.971	-	54.583	54.583	-
Imobilizado em Curso	4.876	4.876	-	3.946	3.946	-
Intangível em Serviço	41	(43.097)	43.138	207	(43.089)	43.296
Intangível em Curso (Nota 17.2)	14	(4.876)	4.890	-	(3.945)	3.945
	57.902	9.874	48.028	58.736	11.495	47.241
	58.574	9.344	49.230	61.170	10.975	50.195
Total do Ativo	95.371	9.344	86.027	98.396	10.975	87.421

Balanço Patrimonial dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	2017			2016		
	Regulatório 31/12/2017	Ajustes	Societário 31/12/2017	Regulatório 31/12/2016	Ajustes	Societário 31/12/2016
PASSIVO						
Circulante						
Fornecedores	8.810	-	8.810	6.452	-	6.452
Empréstimos, financiamentos e debentures	2.313	-	2.313	1.953	-	1.953
Obrigações sociais e trabalhistas	2.397	-	2.397	2.293	-	2.293
Tributos	4.017	-	4.017	2.520	-	2.520
Provisão para litígios	3	-	3	-	-	-
Dividendos e juros sobre o Capital Próprio	999	-	999	895	-	895
Encargos setoriais	8.110	-	8.110	7.588	-	7.588
Passivos regulatórios	1.832	-	1.832	8.095	-	8.095
Outros Passivos Circulantes	1.150	-	1.150	1.131	-	1.131
	29.631	-	29.631	30.927	-	30.927
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e debentures	1.894	-	1.894	1.657	-	1.657
Passivos financeiros setoriais (Nota 17.3)	1.732	1.732	-	1.705	-	1.705
Obrigações especiais (Nota 17.4)	28.026	28.026	-	29.843	29.843	-
	31.652	29.758	1.894	33.205	29.843	3.362
Patrimônio Líquido						
Capital Social	42.000	-	42.000	39.000	-	39.000
Reservas de Capital (Nota 17.5)	9.515	(2.987)	12.502	11.124	(3.008)	14.132
Reserva de Reavaliação e Ajustes Patrimoniais (Nota 17.6)	(17.427)	(17.427)	-	(15.860)	(15.860)	-
	34.088	(20.414)	54.502	34.264	(18.868)	53.132
Total do Ativo	95.371	9.344	86.027	98.396	10.975	87.421

Demonstrativo de Resultado dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Regulatório		Societário		Regulatório		Societário	
	31/12/2017	Ajustes	31/12/2017		31/12/2016	Ajustes	31/12/2016	
Receita Operacional								
Fornecimento de Energia Elétrica	136.006	-	136.006		168.401	-	168.401	
Disponibilização do sistema de distribuição	19.008	-	19.008		7.305	-	7.305	
Ativos e Passivos financeiros regulatórios	528	-	528		4.260	(827)	5.087	
Doações, Contribuições e Subvenções	5.931	-	5.931		5.212	-	5.212	
Transferência da Ultrapassagem de demanda e reativos (Nota 17.7)	(821)	(821)	-		(750)	(750)	-	
Receita de construção (Nota 17.8)	-	(5.024)	5.024		-	(5.086)	5.086	
Outras Receitas	5.309	-	5.309		4.311	-	4.311	
	165.961	(5.845)	171.806		188.739	(6.663)	195.402	
Deduções da Receita Operacional								
Tributos								
ICMS	(47.916)	-	(47.916)		(49.747)	-	(49.747)	
Cofins/Pasep/Pis s/ vendas	(14.349)	-	(14.349)		(16.787)	-	(16.787)	
Encargos Parcela "A"								
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(7.783)	-	(7.783)		(10.120)	-	(10.120)	
CDE - Conta ACR	(6.181)	-	(6.181)		(7.311)	-	(7.311)	
TFSEE - Taxa de Fiscalização	(110)	-	(110)		(116)	-	(116)	
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficiência Energética	(875)	-	(875)		(869)	-	(869)	
Conta Centralizadora dos Recursos das Bandeiras Tarifárias	(4.078)	-	(4.078)		(2.843)	-	(2.843)	
	(81.292)	-	(81.292)		(87.793)	-	(87.793)	
Receita Operacional Líquida	84.669	(5.845)	90.514		100.946	(6.663)	107.609	
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"								
Energia elétrica comprada para revenda	(46.310)	-	(46.310)		(65.744)	-	(65.744)	
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(11.435)	-	(11.435)		(7.498)	-	(7.498)	
	(57.745)	-	(57.745)		(73.242)	-	(73.242)	
	26.924	(5.845)	32.769		27.704	(6.663)	34.367	
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"								
Pessoal e Administradores	(15.364)	-	(15.364)		(14.182)	-	(14.182)	
Material	(1.300)	-	(1.300)		(1.476)	-	(1.476)	
Serviço de Terceiros	(5.348)	-	(5.348)		(5.578)	-	(5.578)	
Arrendamento e alugueis	(235)	-	(235)		(218)	-	(218)	
Seguros	(71)	-	(71)		(52)	-	(52)	
Doações, Contribuições e Subvenções	(98)	-	(98)		(6)	-	(6)	
Provisões	462	-	462		(203)	-	(203)	
(-) Recuperação de despesas	155	-	155		86	-	86	
Tributos	(93)	-	(93)		(87)	-	(87)	
Depreciação e amortização (Nota 17.9)	(1.488)	1.004	(2.492)		(2.425)	-	(2.425)	
Custo com construção (Nota 17.8)	-	5.024	(5.024)		-	5.086	(5.086)	
Gastos diversos	(1.223)	-	(1.223)		(760)	-	(760)	
	(24.603)	6.028	(30.631)		(24.901)	5.086	(29.987)	
Resultado da Atividade de Concessão	2.321	183	2.138		2.803	(1.577)	4.380	
Resultado Financeiro								
Despesas financeiras (Nota 17.10)	(3.313)	(161)	(3.152)		(3.951)	-	(3.951)	
Receitas financeiras	3.631	-	3.631		5.035	-	5.035	
	318	(161)	479		1.084	-	1.084	
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	2.639	22	2.617		3.887	(1.577)	5.464	
Imposto de renda PJ/Contribuição Social s/Lucro líquido - CSLL	(642)	-	(642)		(1.099)	-	(1.099)	
Participações nos Lucros	(606)	-	(606)		(665)	-	(665)	
Reversão dos juros s/Capital Próprio	1.700	-	1.700		1.700	-	1.700	
Lucro Líquido do Exercício	3.091	22	3.069		3.823	(1.577)	5.400	

17.1 Ativo financeiro indenizável

O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão.

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) e atualizações dos saldos pela aplicação de premissas, onde realizamos a bifurcação do Valor Novo de Reposição (VNR) depreciado até o final da concessão, bem como, identificamos o Valor Novo de Reposição (VNR) não depreciado pós-concessão, para valoração do ativo financeiro indenizável. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios da ordem de 530 mil.

17.2 Conciliação do Imobilizado societário e regulatório

	2017	2016
Saldos no final do exercício societário	53.465	52.742
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória líquida	3.907	5.474
Equalização do resultado regulatório e societário	530	520
Saldo no fim do exercício regulatório	57.902	58.736

O efeito decorrente da equalização do resultado regulatório e societário refere-se as variações positivas e negativas dos ativos e passivos setoriais, os quais passaram a ser registrados na contabilidade societária a partir de 2014, bem como, a atualização do ativo financeiro indenizável não aceito na contabilidade regulatória.

17.3 Passivos Financeiros Setoriais

Os Valores acumulados de receitas com ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER foram transferidos a partir da 4ª (RTP) Revisão Tarifária Periódica da conta de Obrigações Especiais atualizada pela taxa referencial Selic. De acordo com a Aneel, a partir do 5 Ciclo da RTP (set/19) o saldo acumulado entre mai/15 e abr/19 será totalmente amortizado durante o prazo do ciclo (set/19 a ago/23).

17.4 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Com a aprovação da Resolução Homologatória nº 2.104 de 28/06/2016/Aneel, e respectiva Nota técnica nº 208/2016, que aprovou o 4º Ciclo da Revisão Tarifária Periódica, determina-se que se aplique o Valor Novo de Referencia para as contas de Obrigações Especiais, além das contas do grupo do Imobilizado.

A diferença de R\$ 2.198 mil, refere-se às transferências contabilizadas na regulatória dos valores de Ultrapassagem de demanda e de Excedentes de reativos, conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico.

	2017	2016
Saldos no final do exercício societário	5.437	5.501
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória líquida	20.391	21.335
Transferências dos valores de Ultrapassagem de demanda e de Excedentes de reativos	2.198	3.008
Saldo no fim do exercício regulatório	28.026	29.844

17.5 Patrimônio Líquido - Reservas de Capital

Os ajustes são decorrência dos resultados contábeis entre a contabilidade regulatória e societária.

17.6 Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação e ajustes patrimoniais

São ajustados no Patrimônio Líquido a diferença existente entre a contabilização do Valor Novo de Referencia – VNR aprovada na 4ª Revisão Tarifária Periódica ocorrida em Junho/2016.

17.7 Receita Operacional – Transferência da Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos

O valor de R\$ 821 mil, refere-se a contabilização para Obrigações especiais de valores deduzidos do faturamento de energia que se referem a ultrapassagem da demanda e reativos conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico. Transferido após para conta do Passivo Circulante – Passivos Financeiros Setoriais, conforme comentado no item 17.3.

17.8 Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

17.9 Depreciação e Amortização

Os ajustes são decorrentes da amortização dos valores decorrentes dos valores de VNR – Valor Novo de Reposição, registrados no decorrer das Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) nas contas de Obrigações Especiais e dos valores transferidos da Receita Operacional referente a ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER. São valores que de acordo com a natureza das práticas contábeis, divergem da Contabilidade Societária.

17.10 Despesas Financeiras

Ajustes de atualizações da Selic exclusivo da Contabilidade Regulatória calculados sobre valores registrados no Passivo Não Circulante decorrentes de ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER conforme instruções do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

18 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2017	2016
Lucro Líquido conforme a contabilidade societária	3.069	5.400
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	22	(1.577)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01):		
Receita de construção	(5.024)	(5086)
Custo de construção	5.024	5086
Depreciação/amortização	1004	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	(827)
ultrapassagem de demanda – UD e excedente de reativo – ER	(821)	(750)
Despesas Financeiras sobre UD/ER	(161)	-
Lucro líquido conforme contabilidade regulatória	3.097	3.823

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro indenizável contabilizado na contabilidade societária mediante prática contábil societária (ICPC 01), a qual não é aceita na contabilidade regulatória.

Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Energia Elétrica nº 027/1998 – ANEEL.

A partir desta data, a Cocel passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.

A CVA trata de valores realizados, uma vez que é responsável por registrar as variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos entre os processos tarifários anuais. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Carlos Conrado Krzyzanovski
Diretor Técnico

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/Financeiro

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2017, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 31 de Março de 2018.

Moacir Thadeu Schneider
Presidente

Vinicius Marcel Lamógliã
Conselheiro

Regiane Portella Gomes
Conselheira

João Alceu Borges Tigrinho
Conselheiro

José Carlos Noriller
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 31 de março de 2018.

Keizo Assahida
Presidente

Waldir Carlos Cosmo
Conselheiro

Rubens Beber
Conselheiro

Paulo Henrique Bianco
Conselheiro

Adão Natalino Da Silva Junior
Conselheiro

Pedro Mosko
Conselheiro

Lorena Alberton Camargo
Conselheira

Regiane Portella Gomes
Conselheira

Bianca Moraes
Conselheira

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Campolarguense de Energia - COCEL
Campo Largo - PR

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Campolarguense de Energia - COCEL a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 23 de março de 2018.

São Paulo, 23 de abril de 2018.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP-03.22.67/O-1



Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC - 1SC020036/O-8-T-SP